



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MANOEL NASCIMENTO DE OLIVEIRA NETO

**AS NOVAS CONFIGURAÇÕES REGIONAIS DE ALAGOAS: das Microrregiões
Geográficas (1990) as Regiões Geográficas Imediatas (2017)**

Maceió, Alagoas

2021

MANOEL NASCIMENTO DE OLIVEIRA NETO

**AS NOVAS CONFIGURAÇÕES REGIONAIS DE ALAGOAS: das Microrregiões
Geográficas (1990) as regiões Geográficas Imediatas (2017)**

Relatório de qualificação de mestrado apresentado ao
programa de pós-graduação em Geografia do Instituto de
Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente da
Universidade Federal de Alagoas –
PPGG/IGDEMA/UFAL

Orientador: Prof. Dr. Paulo Rogério de Freitas Silva.

Coorientador: Prof. Dr. Miguel Ângelo Campos Ribeiro

Maceió, Alagoas

2021

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

O48n Oliveira Neto, Manoel Nascimento de.
As novas configurações regionais de Alagoas : das microrregiões geográficas (1990) as regiões geográficas imediatas (2017) / Manoel Nascimento de Oliveira Neto. – 2021.
73 f. : il. color.

Orientador: Paulo Rogério de Freitas Silva.

Co-orientador: Miguel Ângelo Campos Ribeiro.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Maceió, 2021.

Bibliografia: f. 71-73.

1. Alagoas. 2. IBGE. 3. Região de Influência das Cidades. 4. Regionalização. 5. Geografia regional. I. Título.

CDU: 913(813.5)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – MESTRADO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO FINAL

Em sessão pública, no dia 25 de fevereiro de 2021, às 15h, deu-se início à Defesa de DISSERTAÇÃO FINAL DO PROGRAMA DE MESTRADO EM GEOGRAFIA, com área de concentração em Organização do Espaço Geográfico, do aluno MANOEL NASCIMENTO DE OLIVEIRA NETO, orientando do Prof. Dr. Paulo Rogério de Freitas Silva, intitulada: “**REGIÕES E REGIONALIZAÇÕES EM ALAGOAS**”, como requisito para a obtenção do título de MESTRE. A banca examinadora foi constituída pelos seguintes docentes: Prof. Dr. Paulo Rogério de Freitas Silva (PPGG/UFAL), presidente da banca, Prof. Dr. Miguel Ângelo Campos Ribeiro (UERJ), membro titular interno, e como convidada externa a Profa. Dra. Tereza Coni Aguiar (UFF). A defesa constituiu de uma apresentação oral de 40(quarenta) minutos, seguida de inquirições para cada um dos examinadores e das respostas, e foi assistida pelas pessoas que se fizeram presentes. Ao final, a Banca Examinadora reuniu-se reservadamente e decidiu em atribuir ao conteúdo do trabalho e à defesa a menção: APROVADA, com base no art. 63 do Regimento Interno do Curso. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a defesa, sendo a presente ata assinada pelos componentes da Banca Examinadora.

Pareceres da Banca Examinadora conforme art. 63 e seus parágrafos do Regimento Do Programa De Pós-Graduação Em Geografia.

Parecer 1:

___DISSERTAÇÃO BEM ESTRUTURADA COM FÁCIL LEITURA DENOTANDO DOMÍNIO DO TEMA TRATADO. ABORDA COM PROPRIEDADE REGIÃO E REGIONALIZAÇÕES NO ESTADO DE ALAGOAS, CAMPO TEMÁTICO COMPLEXO, CONSIDERADO MUITO RELEVANTE PARA A GEOGRAFIA E TAMBÉM IMPRESCINDÍVEL PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PARA A ATUAÇÃO NO PLANEJAMENTO ESTADUAL. A DISSERTAÇÃO SOBRESSAI TAMBÉM PELO USO APROPRIADO DE PUBLICAÇÕES FUNDAMENTAIS DO IBGE QUE TRATAM DO TEMA. NESTE SENTIDO FORNECE AOS ESTUDIOSOS DESTE CAMPO DE PESQUISA UMA CONTRIBUIÇÃO EXCEPCIONAL.

Assinatura:



SERVICÓ PÚBLICO FEDERAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - MESTRADO

Parecer 2:

O discente aborda com desenvoltura o tema selecionado. Trata-se de um tema relevante para a Geografia. A Dissertação é bem estruturada e de fácil leitura. Cumpre destacar a apresentação oral do discente.

Assinatura:

Maceió, 03 de maio de 2021

Prof. Dr. Paulo Rogério de Freitas Silva - Presidente

Prof. Dr. Miguel Ângelo Campos Ribeiro - Titular Interno

Profa. Dra. Tereza Com Aguiar - Titular Externo

Obs.: Caso o espaço disponível não seja suficiente, favor utilizar outra folha em branco devidamente assinada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MANOEL NASCIMENTO DE OLIVEIRA NETO

**AS NOVAS CONFIGURAÇÕES REGIONAIS DE ALAGOAS: das Microrregiões
Geográficas (1990) as Regiões Geográficas Imediatas (2017)**

Prof. Dr. Paulo Rogério de Freitas Silva

Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia/Mestrado – UFAL

Prof. Dr. Miguel Ângelo Campos Ribeiro

Professor Associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Tereza Coni Aguiar

Pesquisadora Aposentada do IBGE

AGRADECIMENTOS

O processo de construção de uma pesquisa é longo e cheio de nuances, por vezes pensamentos de incapacidade que podem bloquear a continuidade de criação do trabalho acadêmico. E nesses momentos é muito importante a presença de quem está ao nosso lado dando apoio para que continuemos a jornada acadêmica. Então, aqui dedico meu singelo e humilde muito obrigado as pessoas que me são caras e tenho um apresso inestimável. Em primeiro lugar a minha família que sempre esteve ao meu lado, a minha mãe Aurisete Barbosa de Oliveira Lira, Pai, Zenildo Clécio de Lira e irmã Anny Laura de Oliveira Lira, além do grande parceiro Geraldo Inácio Martins por toda paciência e ajuda que contribuiu muito para a realização dessa pesquisa.

Não posso deixar de mencionar as queridas amigas de longa jornada Thassia Ramalho e Anely Emanuely por todo apoio e conversas. Além dos amigos e colegas que conheci durante o mestrado Roselma Lopes e Geovane Alves, excelentes pessoas que durante este processo tornaram-se pais dedicados.

Dedico aqui um agradecimento especial ao meu orientador Prof. Dr. Paulo Rogério de Freitas Silva, ao coorientador Prof. Dr. Miguel Ângelo Campos Ribeiro e a Profa. Dra. Tereza Coni Aguiar pela boa vontade e dedicação na construção do conhecimento e pela contribuição para realização desse trabalho. E a todo corpo docente do Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGG/UFAL e administrativo do Instituto de Geografia Desenvolvimento e Meio Ambiente – IGDEMA.

“Não é a consciência do homem que lhe determina o ser, mas, ao contrário, o seu ser social que lhe determina a consciência.”

-Karl Marx

RESUMO

Nos últimos anos, as modificações na dinâmica social brasileira refletiram em novas configurações na organização do espaço, na necessidade de compreender tais modificações, em 2017 o IBGE lançou a proposta de regionalização - as Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias - em substituição as Mesorregiões e Microrregiões Geográficas. A partir da análise da metodologia proposta na configuração regional observa-se a necessidade de elaboração de divisões regionais cada vez mais detalhadas, que sejam capazes de explicar as modificações e a dinâmica na organização espacial brasileira, bem como todas essas transformações se materializam no espaço. As modificações metodológicas baseadas no estudo da Região de Influência das Cidades – REGIC evidenciam alterações relevantes na organização espacial e na rede urbana brasileira nas últimas décadas. Portanto, é necessário identificar quais as principais alterações na metodologia entre as propostas de divisão regional de 1990 e 2017, utilizando Alagoas como referência para a análise. Com o objetivo de apresentar e debater as diferenças de metodologias definidas pelo IBGE com relação à regionalização em Microrregiões Geográficas e Regiões Geográficas Imediatas. Bem como as mudanças na organização espacial em Alagoas nas últimas décadas, que serviram de parâmetro para a divisão regional.

Palavras-Chave: Alagoas. Regionalização. Região Geográfica. REGIC. IBGE

ABSTRACT

In recent years, the changes in the Brazilian social dynamics reflected in new configurations in the organization of space, in the need to understand such changes, in 2017 the IBGE launched the proposal for regionalization - the Immediate and Intermediate Geographic Regions - replacing the Mesoregions and Geographical Microregions. From the analysis of the methodology proposed in the regional configuration, the need to elaborate increasingly more detailed regional divisions is observed, which are able to explain the changes and dynamics in the Brazilian spatial organization, as well as all these transformations materialize in space. The methodological changes based on the study of the Region of Influence of Cities - REGIC show relevant changes in the spatial organization and in the Brazilian urban network in the last decades. Therefore, it is necessary to identify the main changes in the methodology between the proposals for the regional division of 1990 and 2017, using Alagoas as a reference for the analysis. In order to present and discuss the differences in methodologies defined by the IBGE in relation to regionalization in Geographic Microregions and Immediate Geographic Regions. As well as the changes in the spatial organization in Alagoas in the last decades, which served as a parameter for the regional division.

Keywords: Alagoas. Regionalization. Geographic Region. REGIC. IBGE

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Lista de quadros

Quadro 1	Resumo conceitual sobre a região na Geografia	13
Quadro 2	Hierarquia das Região de Influência das Cidades (REGIC)	21
Quadro 3	15 principais centros Urbanos do Brasil	27
Quadro 4	Região de Influência das Cidades (REGIC) de Alagoas ano 2007	37
Quadro 5	Região de Influência das Cidades (REGIC) de Alagoas ano 2018	37
Quadro 6	Infraestrutura das Capitais Regionais de Alagoas	44
Quadro 7	Comparativo Microrregiões e Regiões Geográficas Imediatas (Arapiraca)	51
Quadro 8	Comparativo Microrregiões e Regiões Geográficas Imediatas (Maceió)	56
Quadro 9	Região Geográfica Imediata de Atalaia	61
Quadro 10	Extinção das microrregiões geográficas e a criação da Região Imediata de Delmiro Gouveia	66

Lista de tabelas

Tabela 1	Evolução bienal do PIB do Brasil, Maceió e Arapiraca entre 2002 e 2017	38
Tabela 2	Cidades com Instituições federais e estaduais de ensino por ano de inauguração.	43

Lista de fotos

Foto 1	Melhoria de infraestrutura (Construção de Viaduto)	41
---------------	--	----

Lista de Mapas

Mapa 1	Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias - Alagoas	04
Mapa 2	Região do Influência do Recife/PE - Metr�pole	35
Mapa 3	Região do Influência do Maceió e Arapiraca – Capitais Regionais A/C	36
Mapa 4	Regiões de Abrangência das Procuradorias Regionais do Trabalho	45
Mapa 5	Regiões Geográficas Intermediárias – Alagoas (Metodologia 2017)	48
Mapa 6	Mapa: Mesorregiões Geográficas – Alagoas (Metodologia 1990)	49

LISTA DE ABREVIACÕES

BR - Sigla das estradas brasileiras que indica que são administradas pelo âmbito federal.

BPM - Batalhão de Polícia Militar

CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos

CIRETRAN - Circunscrio Regional de Trânsito

DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito

EAD – Educao a Distância

FRM - Faculdade Raimundo Marinho

FUNEC - Fundao Educacional do Agreste Alagoano

GBM - Grupamento de Bombeiro Militar

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - ndice de Desenvolvimento Humano

IGDEMA – Instituto de Geografia Desenvolvimento e Meio Ambiente

IFAL - Instituto Federal de Alagoas

IMA - Instituto do Meio Ambiente de Alagoas

IML - Instituto Médico Legal

IPHAN - Instituto do Patrimnio Histórico e Artístico Nacional

HGE - Hospital Geral do Estado

MPT - Ministério Público do Trabalho

PF - Polícia Federal

PIB - Produto Interno Bruto

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PNDU - Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano

PPGG – Programa de Pós- Graduao em Geografia

REGIC - Região de Influência da Cidade

UNCISAL - Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas

UFAL - Universidade Federal de Alagoas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	REGIÃO E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL	7
	2.1 As transformações da organização espacial da sociedade	7
	2.2 Região, regionalização e as mudanças na organização do espaço	11
	2.3 O crescimento urbano e a nova dinâmica regional	22
3	DINÂMICAS ECONÔMICAS E TRANSFORMAÇÕES REGIONAIS DE ALAGOAS ENTRE 1990-2017	30
	3.1 As Recentes transformações econômicas de Alagoas	30
	3.2 Dinâmica Urbano-Regional Alagoana dos últimos 30 anos	33
4	REGIÕES E REGIONALIZAÇÕES EM ALAGOAS A PARTIR DE 2017	47
	4.1 Regiões Geográficas Intermediárias: conhecendo a metodologia e a nova composição regional de Alagoas	47
	4.2 A nova organização regional de Alagoas: a Região Intermediária de Arapiraca	50
	4.3 A nova organização regional de Alagoas: a Região Intermediária de Maceió	55
	4.4 Delmiro Gouveia enquanto Região Geográfica Imediata Emergente	61
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
6	REFERÊNCIAS	71

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos modificações na dinâmica social brasileira refletiram em novas configurações na organização do espaço nacional. Vendo a necessidade de compreender tais modificações, em 2017, o IBGE lançou uma nova proposta de regionalização - as Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias - substituindo as Mesorregiões Geográficas e as Microrregiões Geográficas. A partir de uma análise na metodologia proposta para a nova divisão regional, observa-se a necessidade de elaboração de divisões regionais cada vez mais detalhadas, que sejam capazes de explicar as modificações na organização espacial brasileira, bem como, todas essas transformações que se materializam no espaço.

As modificações metodológicas da nova regionalização sinalizam mudanças relevantes na organização espacial brasileira nas últimas décadas. Portanto, é importante identificar quais os principais fatores que contribuíram para essa mudança e quais os elementos foram inseridos na nova classificação regional proposta na metodologia do IBGE. Para tal, utilizamos Alagoas como campo de análise para identificar as principais modificações. Além disso, a organização espacial entra como uma categoria de análise fundamental para o entendimento deste trabalho.

As divisões regionais brasileiras ganharam um caráter oficial e institucionalizado desde a criação do IBGE em 1936. A partir de então, as regionalizações seguem um rigor metodológico que atendem as necessidades de análise espacial de cada época. Em 1942 surge às Zonas Fisiográficas pautadas nas características físicas como ingrediente diferenciador do quadro regional do país, passando por reformulações, essa metodologia perdura até meados da década de 1960. (BEZZI, 2004).

Essas, em 1968, são substituídas pelas Microrregiões Homogêneas. A metodologia utilizada nessa regionalização ressalta os polos de desenvolvimento a partir da estrutura urbano-industrial enquanto elemento para estruturação do espaço regional brasileiro. No ano 1977, essa divisão ganhou mais um componente necessário para análise do quadro regional, as Mesorregiões Homogêneas agregando assim um nível intermediário para políticas de planejamento, fazendo uma ligação entre a Microrregião Geográfica e a Grande Região. Esse complemento estava previsto como uma etapa da divisão regional iniciada na década de 1960.

No ano de 1989, surge à divisão regional em Mesorregiões Geográficas e Microrregiões Geográficas, com a finalidade de abarcar as desigualdades entre as regiões. A primeira está baseada em três dimensões, o processo social, o quadro natural e a rede de

comunicação; já as Microrregiões Geográficas têm como base o quadro produtivo baseado nos setores da economia. Em 2017, a Divisão Regional do Brasil passa por uma reestruturação baseado na integração com órgãos de planejamento estadual, em parceria com Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística – ANIPES. Daí advém a proposta de as Regiões Geográficas Imediatas e as Regiões Geográficas Intermediárias incorporarem as mudanças ocorridas no Brasil nas últimas três décadas, tendo respectivamente na rede urbana o elemento de referência e a inclusão das Metrôpoles e Capitais Regionais a partir do estudo do REGIC - redes e hierarquia urbana Regiões de Influência das Cidades de 2007.

Nesse sentido, como objetivo geral desse trabalho é compreender as diferenças de metodologias definidas pelo IBGE com relação a regionalização em Microrregiões Geográficas e Regiões Geográficas Imediatas e as mudanças que ocorreram na organização espacial de Alagoas, no que se refere a distribuição dos municípios nessa nova divisão. Além disso, ressaltamos aqui os objetivos específicos que buscam apresentar as metodologias que definem Mesorregiões e Microrregiões Geográficas (1990) e Regiões Geográficas (2017). Verificar a configuração regional de Alagoas a partir das Regiões Geográficas Imediatas. E examinar se há coerência na distribuição dos municípios por região, levando em consideração a influência das cidades de Alagoas. Analisar se essa regionalização se enquadra com a realidade considerando as redes urbanas alagoanas.

Com o propósito de analisar o processo metodológico utilizado pelo IBGE na proposta de reformulação da estrutura regional brasileira em 2017, levantamos aqui algumas questões: (1) quais as diferenças metodológicas entre as divisões Geográficas de 1990 e 2017? (2) Seria a nova metodologia regionalização proposta pelo IBGE, a mais adequada para identificar aspectos importantes do desenvolvimento e planejamento de Alagoas? (3) quais as mudanças significativas na configuração espacial e organização dos municípios alagoanos no que se refere a nova proposta metodológica?

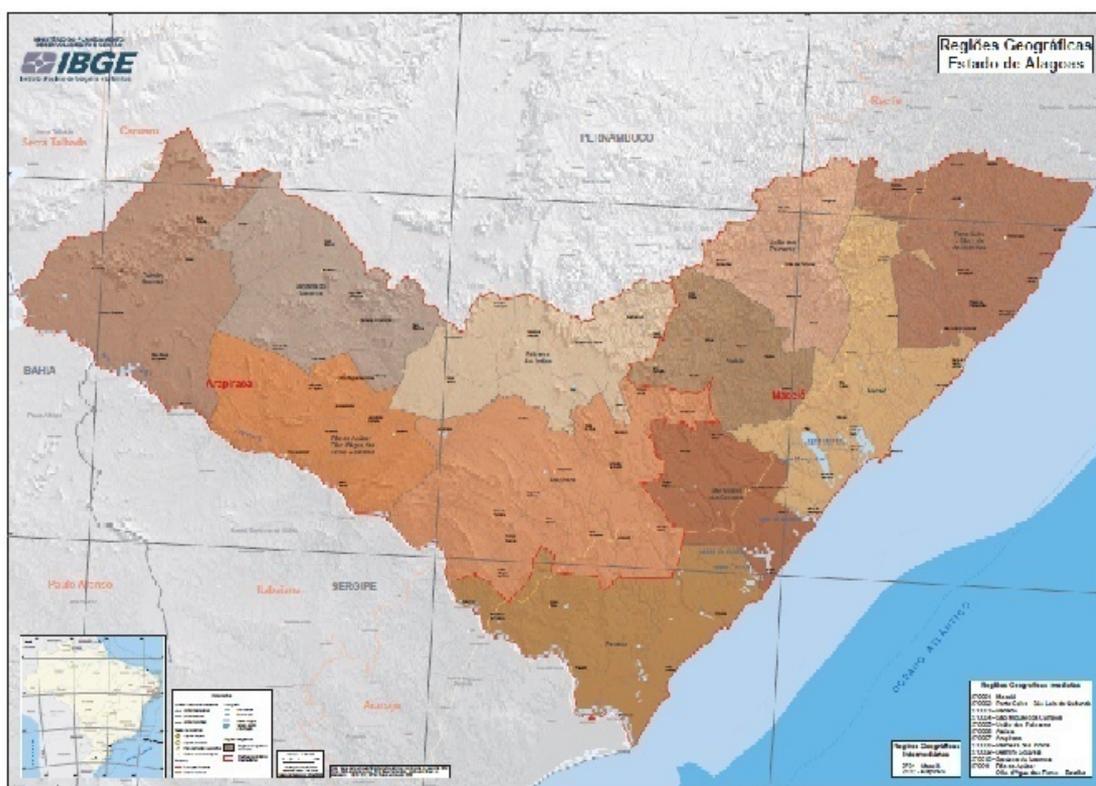
Muitos são os debates com relação ao conceito de região ao longo das diferentes escolas geográficas. Corrêa (2007, p. 21) destaca que os avanços teóricos alcançados na inserção da teoria marxista na ciência geográfica e chama à atenção para o papel do “Estado e os demais agentes da organização espacial: os proprietários fundiários, os industriais, os incorporadores imobiliários, etc.”. Nesse contexto, nasce a necessidade de retorno as discussões sobre o conceito de região pela geografia, diante de uma sociedade capitalista periférica que tem na sua dinâmica as relações desiguais como o principal agente da produção espacial regional. A partir dessas transformações, o IBGE atualiza a sua metodologia com a finalidade de produzir um quadro “mais realístico” da dinâmica regional. Entender essa nova perspectiva de análise social é essencial para nós geógrafos, compreender essa regionalização tanto nas modificações metodológicas quanto no que significa na prática para a população, colocando em evidência o papel do estado e das políticas públicas, dos agentes do capital, interesses e interessados.

Com intuito de incluir uma análise da região e dos processos de regionalização por uma perspectiva crítica, isto é, que capta o movimento da sociedade e sua historicidade, suas contradições e reverberações espaciais; é necessário concordar com Corrêa (2007, p. 42, grifos do autor), quando afirma que:

[..] é uma tentativa de inserir o conceito de região dentro de um quadro teórico amplo, que permita dar conta da diversidade da superfície da Terra e sob a ação humana ao longo do tempo. Este quadro consiste *na lei do desenvolvimento desigual e combinado* proposto por Trotsky.

Assim, tomamos o recorte espacial de Alagoas como escala para uma análise do novo modelo metodológico do IBGE, conforme representado mapa 1 que traz a nova divisão regional do estado de acordo com os critérios estabelecidos a partir de 2017. O que nos orienta secundariamente é compreender a hierarquização dos centros urbanos de maior importância que formam as regiões Intermediárias, e a distribuição de serviços públicos e privados que norteia as regiões Imediatas. Trata-se de identificar nas Regiões Geográficas as novas composições regionais, como também as funções que as cidades sedes (principais Arranjos Populacionais) exercem no contexto alagoano.

Mapa 1:Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias - Alagoas



Fonte: IBGE, 2019

Disponível em: < <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portaal.php#mapa221722> >

Trata-se de entender as complexidades do movimento contínuo de transformação da sociedade, visto que o espaço geográfico é marcado por uma dinâmica ligada à reprodução econômica do sistema do capitalista. Nesse sentido, há um inter-relacionamento entre a estrutura criada pelo capital e os critérios de divisão regional, o Estado desempenhando funções coordenadas ao desenvolvimento das relações capitalistas.

Além disso, buscamos delimitar um recorte temporal que abrange as últimas três décadas, tendo em vista que esse foi o tempo previsto de acordo com o IBGE, para a revisão e substituição das unidades Mesorregionais e Microrregionais, buscando assim englobar as mudanças ocorridas na articulação do território alagoano durante este período.

Desta forma, o mérito deste trabalho está na busca pela compreensão das diferenças de metodológicas definidas pelo IBGE com relação à regionalização em Microrregiões Geográficas e Regiões Geográficas Imediatas. Além disso, propõe trazer para o âmbito da geografia alagoana importantes debates acerca das mudanças na organização espacial das últimas décadas que serviram de parâmetro para a nova regionalização e formação das novas composições regionais do estado e a disposição dos municípios nesse novo contexto.

De antemão, é preciso considerar que a nova regionalização redesenhou os mapas do estado de Alagoas. Resta, porém, a dúvida: de que modo a sociedade em movimento, sua historicidade e contradições, seus aspectos econômicos e políticos estão representados nesse novo mapa, considerando os movimentos reais da população? Quem entra e quem fica fora dessa nova cartografia regional, considerando os municípios? Responder essas questões é o grande mote dessa pesquisa.

Assim, a relevância desse trabalho está na necessidade de compreender as dinâmicas regionais, suas estruturas e readequações nas últimas décadas. Bem como estabelecer uma discussão crítica a respeito da metodologia e da divisão regional de Alagoas elaborada pelo IBGE. Ao colocar o quadro regional alagoano em análise, estamos também procurando entender quais são os agentes das modificações espaciais, quais as estratégias e como esses apropriam das estruturas espaciais para seus projetos e interesses.

Além disso, ao desvelar tal cenário, essa pesquisa contribui para se pensar a dinâmica da sociedade no estado, principalmente, no que refere à formulação de políticas públicas de planejamento e desenvolvimento que possibilitem uma melhor organização socioespacial.

Para a estruturação metodológica desse trabalho recorreremos às obras que consideramos de apoio na geografia brasileira e que expressam em diferentes momentos-períodos, suas elaborações teórico-metodológicas envolvendo os conceitos de região e organização espacial. Além disso, observamos a necessidade de uma caracterização que norteie os estudos regionais no qual é importante considerar que “[...] o objeto da análise regional é a área de extensão de um fenômeno susceptível de conferir individualidade e uma parte do espaço; implica o estudo do mecanismo dos processos que se combinam em sistemas que por sua vez explicam a criação, o crescimento e o desaparecimento de uma região. (DOLLFUS, 1972, p. 107).

Em termos metodológicos, o ponto de partida desta pesquisa é a realização de levantamentos teóricos que dialoguem com o nosso objeto e envolve os conceitos de região e regionalização. Nesta etapa que tem como objetivo o aperfeiçoamento dos processos de construção da pesquisa, bem como a formulação de um embasamento teórico adequado, e um maior conhecimento referente ao IBGE e organização espacial e regional de Alagoas. Assim busca-se interlocução com autores que teorizam com o tema proposto. A exemplo de Andrade (2012), Becker (2008), Corrêa (1989, 2004), Carvalho (2016), Dollfus (1975), Harvey (1992, 2016), Haesbaert, (2006, 2010), M Adélia. (2010), Nascimento (2016), Santos (1979, 2005), Souza (2013), Ribeiro (1988), Rios (2013).

Como procedimentos práticos, consultamos os instrumentos técnicos disponibilizados pelo IBGE: (a) Mesorregiões Geográficas e Microrregiões Geográficas (1990); (b) Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias (2017). Nesses documentos observamos e analisamos: (I) aspectos técnicos, bases teóricas e metodológicas das regionalizações em análise; (II) dinâmica da evolução espacial entre as décadas de 1990 e 2010; (III) a região de influência das cidades no Estado de Alagoas.

Ao observar esses documentos levamos em consideração o fato de serem produzidos pelo IBGE, órgão oficial responsável por pesquisas e elaboração de informações cientificamente respaldadas. A análise da estrutura interna dos documentos contribuiu para compreender as influências teóricas subjacentes as propostas de regionalização; bem como, como as mudanças nas estruturas espaciais e econômicas brasileiras estão refletidas nas propostas de divisão regional. Além disso, o intuito foi observar como os avanços teóricos no debate regional estão refletidos na compreensão regional do IBGE.

Desta forma, consultamos informações disponíveis na obra “Região de influência das cidades- REGIC”. Nestes documentos observamos a influência da questão urbana nas novas análises socioespaciais e da interferência exercida pelas cidades nos processos de regionalização. É preciso lembrar que os REGIC 2007 e 2018 têm metodologias semelhantes, entretanto, a atualização desse estudo evidencia que a cada decênio a Região de Influência pode mudar e dar espaço a novas regiões. O que demonstra uma tendência do IBGE para propor novas análises mantendo o quadro metodológico, associando o urbano e o regional. Sobre Alagoas, consultamos dados disponíveis sobre as Regiões Geográficas imediatas e Intermediárias (2017) em comparação com as Mesorregiões e Microrregiões Geográficas (1989) de modo a compreender a nova constituição dos municípios dentro dessa nova metodologia. Desta forma, a partir de uma análise qualitativa-descritiva das metodologias utilizadas pelo IBGE podemos comparar os critérios básicos para a estruturação da nova regionalização de Alagoas.

É importante mensurar que o tema desta pesquisa é totalmente diferente do projeto inicial utilizado para a seleção do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG/Ufal), essa mudança de objeto de estudo, surge a partir de alguns diálogos junto ao professor orientador Paulo Rogério de Freitas Silva, no qual atentou para a importância da temática e da questão regional em meio as mudanças de metodologia apresentada pelo IBGE a partir de 2017.

2. REGIÃO E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

Com o objetivo de analisar os processos de organização espacial e trazer importantes discussões a respeito da questão regional na atualidade, este capítulo identifica como modo de produção capitalista acaba por gerar padrões diferentes na propagação de técnicas e funções. O que nos leva a compreender a importância dos debates sobre a região antes a complexidade do mundo globalizado.

2.1 As transformações da organização espacial da sociedade

Analisar os processos de organização do espaço no século XXI impõe desafios teóricos e empíricos no que se refere o entendimento prático da utilização do espaço pelo homem. Dessa forma, torna-se necessário compreender as dinâmicas espaciais a partir do modo de produção capitalista, as implicações e a materialização desses processos no espaço geográfico. É preciso pensar criteriosamente nas mudanças ocorridas nas metodologias de regionalização, em como essas modificações refletem a dinâmica da sociedade e a organização do espaço. Isso torna o tema da dinâmica regional um rico e complexo campo de estudo para a ciência geográfica.

A organização espacial relaciona-se como determinado grupo utiliza o espaço, considerando a divisão territorial do trabalho subsumida pelo modo de produção capitalista, que impõe necessidades produtivas que devem ser atendidas para a manutenção e reprodução do capital. Essas imposições variam ao longo do tempo, dado às mudanças nas formas de produção que levam a diferenças de ordenação espacial. Nesse contexto, dado a maior inserção, em condições de um país periférico, na economia global, o Brasil passa por profundas mudanças em sua organização na segunda metade do século XX, sobretudo, após o período de redemocratização. A respeito disso, de acordo com Bacelar (2000, p. 75)

Num contexto mundial marcado por importantes transformações, o ambiente econômico brasileiro sofre grandes mudanças nos anos noventa. Dentre as principais destacam-se uma política de abertura comercial intensa e rápida, a priorização à integração competitiva, reformas profundas na ação do Estado e finalmente a implementação de um programa de estabilização que já entrou no quarto ano. Paralelamente, o setor privado passa por uma reestruturação produtiva também intensa e muito rápida.

Essas mudanças implicam no estabelecimento de novas divisões territoriais do trabalho impostas pelo modo de produção que modifica o padrão de relações de produção e a reprodução das relações sociais. A organização espacial não se inicia do zero, é fruto de

circunstâncias e operações que antecedem as atuais configurações e por mais que pareça algo espontâneo, é constituído pela associação e competição, conflito e conciliação de agentes públicos e privados.

A propósito, Corrêa (2007, p 55) comenta que

Ao fixar no solo os seus objetos, frutos do trabalho social e vinculados às suas necessidades, um grupo possibilita que as atividades desempenhadas por estes alcancem um período mais ou menos longo, repetindo, reproduzindo as mesmas. Nestas condições, o grupo social se reproduz, porque a reprodução das atividades ligadas às suas necessidades viabiliza o próprio.

Deste modo, o conceito de organização espacial torna-se uma categoria de análise importante para a compreensão do movimento da sociedade no tempo e no espaço. Segundo Corrêa (2007, p. 55) a organização espacial, ou seja, “o conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da Terra, é assim o meio de vida no presente (produção), mas também uma condição para o futuro (reprodução)”.

Santos (2005) descreve em algumas de suas obras como as relações entre sociedade e natureza se dão e transformam através do tempo, e como as contradições materializadas durante esses processos. Ao comentar as desigualdades das relações existentes, Santos (2005, p. 25) diz que “no domínio das relações entre técnica e espaço, uma primeira realidade a não esquecer é a da propagação desigual das técnicas”. Deste modo, podemos destacar o desenvolvimento desigual e combinado, tanto na disposição dos objetos criados pelo homem na superfície, quanto nas técnicas que se propagam desigualmente afetam diretamente a organização espacial da sociedade. Dessa maneira, para compreender os estudos regionais, faz-se necessário analisar a organização espacial, e como o homem utiliza da natureza e a modifica de acordo com suas atividades.

No decorrer do século XX, o Brasil passou por profundas transformações em sua organização espacial, de um país com maioria da população rural para uma nação com acelerada taxa de urbanização. Essas transformações reorganizaram o uso do espaço e obrigou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE a buscar instrumentos metodológicos mais amplos do que as Zonas Fisiográficas (ou qualquer outra base natural) para se pensar a divisão regional brasileira. Daí as muitas regionalizações produzidas pelo Instituto até chegar à atual divisão em Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias.

Mudanças sociais, demográficas e econômicas dão novas características ao país, logo, o estabelecimento de polos de crescimento e dinamismo econômico que dão o embasamento necessário para novas propostas de divisão regional. Ganhando novas complementaridades e possibilitando o uso de informações antes não disponíveis, as novas metodologias buscam

representar a história espacial brasileira no tempo presente. A respeito dos processos de regionalização, Haesbaert (2010, p. 24-25), faz uma descrição interessante acerca dos processos e das ações dos sujeitos envolvidos

Incorporar como dimensão primeira do espaço não significa, nunca é demais enfatizar, que se trate de um espaço separado ou superável dos sujeitos que o constroem: a regionalização deve estar sempre articulada em análise centrada na ação dos sujeitos que produzem o espaço e na ação que eles estabelecem, seja como a “primeira” (cada vez mais rara, como já reconhecia o próprio Marx), seja com a segunda natureza.

A organização espacial brasileira foi influenciada no decorrer da história por “ciclos” econômicos, dando feições próprias às diferentes regiões. Dentre esses processos, podemos destacar o período do açúcar na Região Nordeste, do ouro e café no Sudeste brasileiro e o ciclo da borracha na Região Norte. Estes movimentos produtivos ganham papéis de destaque na economia em tempos distintos.

Este cenário, aos poucos começa a mudar no final do século XIX e no decorrer do século XX, com novas formas de modais de transportes surgindo, maiores inter-relações entre as regiões, bem como, o início de uma maior diversidade produtiva e econômica. Mesmo assim, com a exceção de alguns pontos, a maioria dos investimentos são atraídos para Região Sudeste, que ainda detém uma rede urbana mais desenvolvida, sobretudo, o estado de São Paulo. Para Santos (2005, p. 66) durante a segunda metade do século XX, “todas as áreas do país experimentam um revigoramento no seu processo de urbanização, ainda que em níveis e formas diferentes, graças às diversas modalidades do impacto da modernização sobre o território”..

Esse processo citado por Santos tomou maior impulsão no final do século XX e começo do século XXI, tendo o estado e o setor privado os grandes fomentadores. Movimento que acontece tanto para as áreas com à proximidade aos recursos naturais, mas também para aquelas no qual há isenção de impostos para implantação de indústria e pela possibilidade de contratação de força de trabalho com salários inferiores. Junto com todas as “vantagens” competitivas, ações estatais por meio dos planos de desenvolvimento e os planos de melhorias de rodovias, aeroportos e visaram o aumento ou criação de articulações entre as regiões brasileiras.

O aprimoramento das articulações e fluxos foram decisivos para a organização espacial, bem como, para inserção de novos espaços que adquiriram algum grau de desenvolvimento e passam a exercer novas funções, participando, em maior ou menor escala, do fluxo de pessoas, mercadorias e informações. Desta maneira, aconteceu uma ampliação na

difusão das redes, os entroncamentos fixos mais importantes passaram a exercer uma maior influência territorial delimitado pelo grau de comunicação, e de interação com eixos de pequenas e médias proporções.

As diferenças econômicas existentes entre as regiões destacam diferentes divisões territoriais do trabalho, impulsionados pela participação na produção e circulação de mercadorias. No Brasil, cada região do país se especializou na produção e exportação de determinado produto, porém, nos últimos anos observamos maior interligação entre essas regiões e mais diversificação produtiva. Isto se deve a robustez que as redes ganharam nas últimas décadas, e as condições cedidas pelo estado na forma de vantagens para instalação de corporações e grandes empresas em outras macrorregiões; como, por exemplo, isenção de impostos, disponibilidade abundante de força de trabalho com baixa remuneração, abertura de cursos superiores e técnicos, reforma de aeroportos e portos, entre outros fatores.

Desta forma, entendemos a organização do espaço que vem acontecendo desde final do século XX e começo do século XXI no Brasil, como um processo de reestruturação das funcionalidades para atender demandas produtivas do capital em escalas locais, nacionais e globais, esta última com maior importância devido às amplas conexões com países centrais. Esta ordem também conhecida como globalização, demonstra uma falsa impressão de participação e união entre os lugares, porém, ela determina e impõe divisões territoriais do trabalho, qualifica ou desqualifica lugares de acordo com grau de participação na lógica da produção capitalista.

A conexão entre as forças produtivas e o adensamento das redes são faces da organização espacial no processo de globalização. Ao passo que as forças produtivas se integram numa complexa rede geográfica, observamos que fatores historicamente determinados influenciam nos pontos de maior desenvolvimento. Nesse sentido, “[...] o espaço é o resultado do desenvolvimento das forças produtivas, das relações de produção e das necessidades de circulação e distribuição”. (SAQUET; SILVA, 2008, p.12).

A exemplo disso, no Nordeste Brasileiro citamos a influência de Recife e Salvador, que desde o período colonial, marcam a região como forças econômicas, políticas e culturais. Em sentido complementar, mais recentemente Fortaleza atinge grande influência regional, e acelerado crescimento populacional. Do ponto de vista espacial, a organização espacial nordestina tem três pontos de concentração das dinâmicas regionais, onde a materialização do capitalismo e a concentração de múltiplos objetos e funções formam uma estrutura que marcam a organicidade espacial para atender as forças produtivas.

Apesar das transformações na organização espacial brasileira dos últimos anos, da realocação e transferência de investimentos para outras regiões fora dos eixos Sudeste/Sul; podemos observar que essa nova estruturação atende principalmente a lógica que constitui o sistema capitalista no qual o aumento do consumo exige uma maior fluidez entre a localização geográfica da matéria-prima para os setores industriais, numa relação de hierarquia entre estados nacionais em que a periferia subdesenvolvida se reorganiza para atender os países centrais.

Para uma síntese das reflexões anteriores, e com intuito de permitir abrir os horizontes nos itens seguintes, é necessário considerar que:

- A organização espacial revela a utilização do espaço pelo homem frente ao modo de produção capitalista, em diferentes níveis de complexidade que atendam às exigências e a manutenção do capital.

- O modo de produção capitalista materializa uma organização espacial a partir de um processo desigual e combinado, gerando um padrão contraditório na propagação de técnicas e funções.

- Enquanto análise da organização espacial brasileira a observação dos ciclos históricos da formação econômica, expressam o desenvolvimento das redes e o aumento do fluxo e influência dos polos economicamente desenvolvidos.

- Há uma relação entre a organização espacial brasileira dos últimos anos advinda de novos processos produtivos diante do capital e a nova metodologia de regionalização proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017.

2.2 Região, regionalização e as mudanças na organização do espaço

É no começo do século XIX que o homem, a partir do domínio avançado da natureza e evolução científica, promove o aprimoramento técnico que culmina na Revolução Industrial, instaura uma sociedade marcada pelo trabalho assalariado como característica principal dessa divisão marcada pela burguesia como classe dominante. Nasce também uma nova hierarquia entre nações, onde os países industrializados e militarmente preparados impõem uma divisão territorial do trabalho às nações não industrializadas, mas detentoras de matéria-prima. O estado passa a desempenhar funções capazes de articular a reprodução socioeconômica que garantissem a manutenção da propriedade privada, como a criação de regiões industriais, melhoria de meios de transporte, além do domínio de territórios ricos em recursos naturais, o

que no final do século XIX, a partir da manifestação do capital oligopólico, resultaria no Imperialismo.

Paralelamente a estes grandes acontecimentos que reestruturaram a sociedade moderna, a geografia como ciência despontava nas Universidades Europeias, sobretudo, na Alemanha e França tornando-se as escolas mais tradicionais e influenciando várias cátedras em diversas universidades pelo mundo.

Ao observarmos o desenvolvimento da Geografia enquanto ciência no século XIX percebe-se que seu avanço teórico e metodológico aconteceu com forte influência no determinismo geográfico e positivismo. Simultaneamente outras ciências das humanidades como a Filosofia, História e Ciências Sociais, desenvolviam análises baseadas no historicismo, no método Dialético, sobretudo hegeliano e no materialismo histórico de Marx e Engels, sobre modelos econômicos, processos produtivos e grandes acontecimentos presentes nesse período da sociedade capitalista (HAESBAERT, 2010).

Nesse contexto, a questão regional transformou-se num poderoso instrumento para afirmação hierárquica entre estados. De acordo com Gomes (1995, p. 51) “o surgimento do Estado Moderno na Europa recolocou os problemas destas unidades regionais. Um dos discursos predominantes na afirmação da legitimidade do Estado no século XVIII é o da união regional em face de um inimigo comercial, cultural ou militar”.

Desta forma, a região apresenta um recorte espacial dentro de uma hierarquia que tem como pressuposto o poder centralizado, este processo manifestou discursos que legitimam o Estado burguês. Para compreendermos melhor as concepções sobre o estado no capitalismo, segundo Marx e Engels (1993, p. 38), este se configura como “a forma de organização que os burgueses necessariamente adotam, tanto no interior como no exterior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses”.

Assim, a institucionalização do pensamento geográfico carrega um discurso que fundamenta o poder do Estado sobre seus territórios. A questão regional orientava-se a partir da busca por especificidades em diferentes partes do globo, e por meio da questão espacial, afirmar mesmo dentro da diversidade territorial a unidade do Estado – Nação. A sistematização da “geografia regional” dava seus primeiros passos, mas também modo de vida (ou gênero de vida), meio e paisagem subjazem a este interesse de afirmação territorial.

No que tange ao conceito de região propriamente dito, é preciso considerar que na sua origem este tem, essencialmente, fundamentos geofísicos (bacias hidrográficas, domínios geológicos), mas à medida que a geografia aprofunda teórica e metodologicamente o seu discurso, novos temas entram no debate. Entre estes podemos destacar os aspectos históricos e

a ação humana na Geografia Regional Francesa. Isso quer dizer que o conceito de região se transformou com o que se entende por Geografia e seu objeto.

Daí que o conceito de região ganha com o tempo diversos significados conforme as escolas geográficas. Essas diferenças conceituais relacionam-se às mudanças estruturais na sociedade e na organização do espaço diante ao modo de produção capitalista. A pluralidade do conceito de região foi retratada por inúmeros geógrafos em diferentes pesquisas, considerando que este trabalho não tem como objetivo entrar numa revisão conceitual sobre o tema. Destacamos o Quadro 1, cujo objetivo é resumir os diferentes paradigmas que envolve o conceito de região.

Quadro 1: Resumo conceitual sobre a região na Geografia

Escola	Conceitos	Autores
Geografia Tradicional e Positivista (Método Regional.)	Região Natural / Região Paisagem	Alexandre Von Humboldt, Alfred Hettner, Ratzel, Paul Vidal de La Blache, Karl Ritter.
Geografia Teorético-quantitativa (Positivismo lógico)	Regiões Homogêneas / Regiões Funcionais / Classe de Áreas	David Grigg, Fred Kurt Schaefer, Derwent S. Whittlesey.
Geografia Radical / Crítica (Materialismo Histórico e Dialético)	Homogeneização / Bloco Regional/ Desigualdades regionais	Yves Lacoste, Pierre George, Milton Santos, Roberto Lobato Côrrea, Olivier Dollfus.

Fonte: Haesbaert, 2010

Organização: OLIVEIRA NETO, M. N. 2020

A elaboração do Quadro 1 deu-se no intuito de compreendemos a importância de conhecer o conceito “região” no decorrer da evolução teórica e conceitual da Geografia. Por isso, ele apresenta as principais tendências, autores e seus conceitos.

Desta forma, acreditamos que a geografia alcança o seu maior desenvolvimento teórico a partir da escola crítica, quando o materialismo histórico e dialético se torna método adotado para que os geógrafos pudessem analisar o mundo em sua nova dinâmica pós-segunda grande guerra.

A exemplo disso, destacamos as novas divisões internacionais do trabalho, mundo bipolarizado e a dissolução do bloco soviético, o surgimento de diversos blocos econômicos e até mesmo acordos comerciais entre países que criam extensas regiões de influência. Em um mundo em plena evolução técnica e científica, no qual o homem exerce o domínio sobre a

natureza, a escassez permaneceu e a desigualdade aumentou, sobretudo nos países da periferia do capital. Portanto, é a partir da Geografia crítica que os geógrafos aprimoram as análises espaciais para compreender estes fenômenos através da análise dos processos materiais produtivos, econômicos e históricos.

Apenas no século XX, mais especificamente na segunda metade, a Geografia adota a dialética e o materialismo histórico para analisar as dinâmicas espaciais. A partir dessas mudanças paradigmáticas da Geografia a partir da década de 1960, muitos declaram a morte da região (HAESBAERT, 2010), sobretudo, do ponto de vista conceitual. A Geografia estava preocupada com outros conceitos mais operacionais para explicar a sociedade do período de acumulação flexível. Além disso, a colaboração de Geógrafos com as políticas de planejamento e desenvolvimento regional criou desconfianças entre os pesquisadores. Daí declararem a insuficiência do conceito em explicar a velocidade das transformações sociais, e as desigualdades imperantes no capitalismo.

A partir desse processo, a questão regional parecia insuficiente e até mesmo um impedimento para a Geografia fundamentada no marxismo, e para muitos, dificultava e desconsiderava o entendimento de fenômenos espaciais e o aprofundamento das relações. Isto se deve não ao apenas avanço paradigmático da geografia marxista, mas também do processo de globalização que produz uma sensação aparentemente homogeneizante dos espaços.

Com as modificações de paradigmas as definições de regiões lablacheanas tornam-se um “obstáculo”, de acordo com Haesbaert (2010, p. 49, grifos do autor):

[...] na primeira versão de seu trabalho, Lacoste – baseado apenas na abordagem do *Tableau de La Geographie de La France* (Vidal de La Blache, 1903) – acusa unilateralmente a região lablacheana de ter-se tornado um “poderoso conceito-obstáculo que impediu a consideração de outras representações espaciais e o exame de suas relações.

É importante ressaltar que subsequente as essas considerações atribuídas por Lacoste, o próprio reconhece a presença de estudos geopolíticos em La Blache. Após formula uma autocrítica (HAESBAERT, 2010), o que nos leva a considerar um segundo posicionamento de Vidal de La Blache, que seria capaz de inserir o conceito de região numa discussão mais crítica tal qual a Geografia que surge no período de 1960 e 1970.

Ao contrário desse posicionamento dominante entre os autores da geografia no período marxista e mais tarde pelo globalismo pós-moderno-moderno, acreditamos que a região passa a ser um tema necessário e fundamental para entender a complexa dinâmica imposta pelo sistema capitalista que atende a autovalorização e reprodução do capital e não as

necessidades da humanidade. Mesmo dentro da globalização, as regiões ainda têm grande importância. A respeito disso, Haesbaert ao citar Milton Santos (2010, p. 58) afirma que

[...] o tempo apagou o espaço, também se afirmou, nas mesmas condições, que a expansão do capital hegemônico em todo planeta teria eliminado as diferenças regionais e, até mesmo, proibido de prosseguir pensando que a região existe [...] ao contrário, pensamos que [...] o espaço se torna mundial, o ecúmeno se redefine, com a extensão a todo ele do fenômeno da região. As regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam. Agora, exatamente, é que não se pode deixar de considerar a região, ainda que a reconheçamos como um espaço de conveniência e mesmo que a chamemos de outro nome.

A respeito dos avanços teóricos alcançados a partir da inserção teórico-marxista na ciência geográfica, Corrêa (2007, p.42) comenta

O que segue é uma tentativa de inserir o conceito de região dentro de um quadro teórico amplo, que permita dar conta da diversidade da superfície da Terra e sob a ação humana ao longo do tempo. Este quadro consiste *na lei do desenvolvimento desigual e combinado* proposto por Trotsky.

É na perspectiva da geografia crítica que as análises sobre a região recebem inúmeras críticas; e o conceito, para muitos autores, passa a não ser mais capaz de entender os processos que organizam e reorganizam o espaço a partir da intensificação da globalização. Este “desuso” ou até mesmo a “morte” da região deveu-se ao desenvolvimento do capitalismo, formando uma aparente homogeneização e padronização do espaço, onde o processo de globalização impõe uma “rede” que cada vez mais abrange toda sociedade.

Com quase um século de atraso em relação a outras ciências humanas, a geografia fundamenta conceitos e análises a partir do materialismo histórico e dialético, uma atualização necessária para compreensão do mundo no período do capital financeiro. No período globalista pós-moderno, porém, que para a Geografia compreende os anos 1980 e 1990, o discurso de homogeneidade permanece, onde os processos que davam singularidade as regiões dão lugar não apenas ao domínio da globalização e a rede, mas também a “hibridização” crescente do mundo.

Embora a região como um dos conceitos centrais da geografia tenha sido analisada nas últimas décadas por um discurso “global e homogeneizador”; ou até tenha se decretado o “fim” da região; alguns geógrafos se dedicaram a estudos de espaços fragmentados pautados na necessidade de reconhecer certa identidade local e os processos de fragmentação subjacente à globalização. Para Haesbaert (2010, p. 60)

Ao mesmo tempo em que o discurso “globalista” pode exagerar na interpretação unilateralmente globalizadora dos processos sociais, sem seu contraponto

indissociável, as distintas formas de “fragmentação”, o chamado movimento pós-modernista muitas vezes peca pela ênfase exagerada nas subjetividades, no movimento ou fluidez e na consideração das diferenças e/ou singularidades (em que podem estar inseridas as próprias singularidades regionais, ainda que reveladas em escala de maior detalhe.) Enquanto em um ainda pode sobreviver o pensamento sistêmico totalizante (ainda que muito mais aberto do que no passado), como na teoria do “sistema-mundo”, no outro, quando radicalizado, pode proliferar o pensamento fragmentador e subjetivista.

A região enquanto conceito carrega uma interdisciplinaridade tradicionalmente comum a outras ciências. Nas discussões pós-estruturalistas, alguns autores defendem a necessidade de observarem as singularidades dos fenômenos e a forma como se harmonizam com as características locais. Para Haesbaert (2010, p. 67) “a nova Geografia regional [...] trabalharia preferencialmente com o local/localidade ou, nesse sentido mais elaborado, com o ‘lugar’”.

Neste sentido, a geografia reconhece a necessidade de debater os antagonismos gerados pela dinâmica global, e como eles se expressam em escalas locais. Como apresenta Rogério Haesbaert, (2010), pela própria relevância que adquiriu o conceito de região (e regionalização) no decorrer do século XX, ocorreram reconstruções e modificações em diferentes autores e correntes teórico-filosóficas. Daí que muitas vezes não há distinção clara entre o que se compreende como lugar e o que se entende por região.

Considerando a incapacidade de o capitalismo homogeneizar os espaços tal como propalado pelos teóricos neoliberais; e devido à desigualdade inerente a sua existência; acreditamos que a questão regional deve ser repensada de acordo com os novos paradigmas: dialética entre produção e reprodução social, globalização e fragmentação, rede e dinâmicas locais. O fim da “região” enquanto conceito-chave da Geografia demonstra mais incapacidade de compreensão dos antagonismos presentes no capitalismo do que um avanço teórico e metodológico no debate regional. Apesar da articulação global do capitalismo, presenciamos padrões de reafirmação de características locais e regionais. Dentro dessa lógica dialética, Mészáros (2002) distingue um duplo movimento “desenvolvimento de um sistema internacional de dominação” e, ao mesmo tempo, a criação de novas lógicas de “subordinação”. Ao utilizar Mészáros como base, Andrade (2002, p 111) afirma que “Dado o seu desenvolvimento histórico, o sistema do capital se articula em Estados nacionais, todavia, isto não quer dizer que “as estruturas corretivas global e de comando político do sistema do capital [...] se confine(m) a esses limites.”

Perante às novas articulações globais percebemos uma necessária retomada das discussões sobre as dinâmicas regionais articuladas aos processos econômicos, ideológicos e

políticos porque, e apesar do que é disseminado pelo globalismo pós-moderno, há intensos fluxos ocorrendo nas escalas regionais. Desde aqueles estritamente econômicos (blocos econômicos, por exemplo) até aqueles ligados a reafirmação cultural ou os “aglomerados de exclusão” (HAESBAERT, 2010). Nas análises tenta-se compreender as diferenças ou singularidades e dar significados a determinados subespaços que se formam no bojo da globalização. Para Santos (1994, p.92)

[a] definição atual das regiões, longe estamos daquela solidariedade orgânica que era o próprio cerne da própria definição do fenômeno regional. O que temos hoje são solidariedades organizacionais. As regiões existem porque sobre elas se impõem arranjos organizacionais, criadores de coesão organizacional baseada em racionalidades de origem distante, mas que se tornam o fundamento da existência e da definição desses subespaços.

Compreender a região na contemporaneidade traz desafios, especialmente dado às relações humanas ante o modo de produção capitalista que refletem em intensas e contraditórias transformações na organização do espaço. A organização espacial articulada pelo estado em conciliação com agentes hegemônicos ganha nuances em todas as partes do globo. Porém, a lógica e a hierarquia entre os estados é quem determina as espacialidades e os novos arranjos regionais. Esse conjunto de fatores desencadeia processos locais que obedecem a uma lógica global, por isso necessidade de a ciência geográfica retomar os estudos regionais.

Para ajudar a entender melhor a questão regional neste período é necessária perceber a globalização não como uma ordem que necessariamente leva homogeneização como foi enfatizado por muitos geógrafos. Ao contrário disso, é preciso observar “a capacidade do capitalismo (re)fragmentar e (re)articular a superfície terrestre foi ampliada”. E considerar ainda que o espaço geográfico está “submetido a um processo de reconstituição das diferenças espaciais” e que tal “processo assumiu enorme rapidez” (CORRÊA, 1993, p. 220).

A homogeneidade está presente apenas na rapidez com que os processos produtivos articulam sobre a superfície terrestre. Entretanto, isso não elimina as diferenças regionais, as particularidades e as diferenças tão essenciais para se pensar o quadro regional. Ao contrário, reafirmam a importância de uma conceituação da região e uma definição mais clara acerca dos estudos regionais. Claramente, existe uma hierarquia entre os estados nacionais no que diz respeito ao centro do capital e a periferia, criando diferenças e antagonismo, pondo em xeque a globalização e a homogeneização como processo inexorável. Apesar de sua tendência totalizadora, da imposição de uma ordem hierárquica que parte do centro dominante para a periferia subordinada. A periferia reconfigura tais fluxos e os absorve conforme a organização

espacial pré-existente ou os capitais mortos depositados no solo. De acordo com Andrade (2012, p. 23)

Objetivamente, do ponto de vista da política totalizadora, este “duplo padrão”, que interfere sobre as condições de vida dos trabalhadores, “corresponde ao estabelecimento de uma hierarquia dos estados nacionais” que decorre da posição que cada Estado nacional ocupa no interior da ordem do capital global. Vale ressaltar, que tal posição não é dada de uma vez para sempre, ela se altera à medida que a relação de força em vigor, violentamente ou não, é contestada.

Em discussões mais recentes (sobretudo, a partir da década de 1990 (HAESBAERT, 2010), observamos a discussão regional se aproximar de um debate que busca por uma identidade local, sobretudo, influenciados pelas discussões baseadas em conceitos teórico-filosóficos dos “pós-estruturalistas” e “neomarxistas”, o que promove também a uma série de críticas ante as generalizações sobre a valorização de contextos específicos, que faz uma associação entre região ao lugar. Sobre a diferenciação conceitual desses dois conceitos, Corrêa (1993, p. 221-222, grifos do autor) chega à seguinte concepção

[a] diferenciação de área não está, no nosso entender, associado à noção de unicidade hartshorniana (uniqueness). Não se associa a ideia de singularidade que entendemos vincular-se a conceito de lugar, mas sim a ideia de particularidade, isto é, uma mediação entre o universal (processos gerais advindos da globalização) e o singular (a especificação máxima do universal).

A aproximação dos conceitos de lugar e região ocorreu por mudanças paradigmáticas, principalmente, por existir uma negligência da geografia com a questão regional e na incompreensão das rápidas transformações do espaço em nível global. Porém, essas modificações possibilitaram novas formas de recortar da superfície terrestre, o que tem gerado a necessidade de retomar a região e o regional como instâncias de análises. Em resumo, podemos apontar que o abandono do conceito de região aconteceu primeiro devido a “homogeneidade” do processo de globalização, e segundo pela necessidade de identificar fragmentos e resquícios de singularidades locais.

Desta forma, fica claro que o retorno ao debate sobre o conceito de região é um fenômeno resultante do próprio processo de globalização; as diferenciações que ocorrem em seu bojo necessitam de um arcabouço teórico que dê conta das estruturas regionais e revele o espaço como uma estrutura mutável e moldada conforme as modificações nas relações de produção, são estas relações que produzem as diferenciações e são essas o objeto da geografia regional contemporânea. Neste sentido, a questão regional deve estar dotada de análises que vão muito além do debate identitário pós-moderno; deve-se, principalmente, considerar características e as particularidades que se forjam dentro de um quadro de dominação e subordinação, homogeneização e diferenciação.

A retomada da questão regional no seio das discussões da geografia deve considerar a ideia de particularidade; deve considerar também as redes que conectam determinada região a totalidade global; refletir ainda como estas relações em rede se desenvolvem a partir de processos dialéticos e como estas são capazes de revelar a existência de um quadro regional articulado e subordinado ao global. Para Corrêa (1993, p. 221) “a globalização não elimina a necessidade do conceito de região, pelo contrário, torna-o mais rico com mais qualificativos”.

A economia globalizada necessita das redes, pois, essas são o suporte para o funcionamento das relações. Deste modo, há um processo cada vez mais rápido e indispensável que organiza o espaço e possibilita uma melhor articulação entre lugares, mas também criam diferenças, induz a competição e a subordinação. O desenvolvimento das redes, assim como das regiões, não deve cair no discurso da homogeneidade, pois “há diferentes redes recobrando a superfície terrestre”. Algumas “são planejadas e espontâneas, formais e informais, temporárias e permanentes, materiais e imateriais, regulares e irregulares” (CORRÊA (1993, p. 220). Apesar dessa diversidade e de como cada uma delas organiza o espaço, devemos nos atentar para a lógica de dominação e subordinação. É esta que fundamenta as relações entre países centrais e periféricos, fundamenta também as relações antagônicas mais visíveis. Podemos citar como exemplo alguns países estritamente agroexportadores e exportadores de *commodities*, que importam manufaturados de alta tecnologia dos países desenvolvidos.

Esta dialética também se manifesta no quadro interno dos estados, regiões com estabelecidos parques industriais e com diversidade multissetorial da economia exercem amplo domínio nas relações internas de um país e portam maior poder político. Se aumentarmos a escala desses processos, as regiões metropolitanas que concentram uma maior e mais complexa infraestrutura produtiva, também exercem papel centralizador. É nesse quadro que acontece a integração do território como descrito por Santos (2005, p. 42):

É assim que além, da integração do território que já se esboçava no período anterior, agora também se constroem as bases de uma verdadeira fluidez do território. O espaço torna-se fluido, permitindo que os fatores de produção, o trabalho, os produtos, as mercadorias, o capital passem a ter grande mobilidade.

Ressaltamos que o meio técnico-científico aparece de forma pontual em estados e territórios (SANTOS, 2005), e esta tendência evidencia a heterogeneidade com que os processos se distribuem pelo espaço geográfico. Observamos a tendência de expansão do meio técnico-científico tanto das regiões mais “maduras” do ponto de vista da materialização do capitalismo, por exemplo, o Sudeste, quanto naqueles lugares mais periféricos, o Vale do

Rio São Francisco no nordeste brasileiro. Nesse sentido “O meio técnico - científico é o terreno de eleição para a manifestação do capitalismo maduro, e este também dispõe de força para criá-lo” (SANTOS, 2005, p. 43).

O avanço do desenvolvimento das forças produtivas de maneira mais forte para outras regiões não ocorre naturalmente, faz parte do atual estágio de reprodução do capital. A ampliação ocorre graças a fatores como isenção de impostos, abundância de reserva de força de trabalho e baixa remuneração, gerando novas divisões do trabalho que já surgem mais precarizadas. Desta maneira, a questão regional não deve ser tratada apenas como a divisão física do espaço ou de sua sistematização como um simples artifício baseado numa metodologia, mas também das implicações e conseqüências das novas unidades regionais como estruturas produtivas submetidas aos objetivos de um sistema dinâmico e totalizador.

Dentre este amplo debate da questão regional, os processos de regionalização também ganham novos enfoques e nuances. Mas, não perde o seu conteúdo principal, isto é, a regionalização enquanto método de classificação das funções e das especificidades regionais; enquanto mecanismo de identificação e espacialização das diferenças espaciais. Por isso, é importante analisar as práticas sociais e produtivas específicas, observar a qual padrão no sistema global determinada região se encaixa, se exerce papel de “dominação” ou de “subordinação”. Deve-se também observar o papel das redes, as redes que ligam territórios atendem a uma ideologia específica de uma dinâmica mutante de acúmulo expansível de capital. A respeito disso Haesbaert (2010, p. 24) nos diz que:

Pensar em região, assim, é pensar, antes de tudo, nos processos de regionalização. - Seja focalizando-os como simples procedimento metodológico ou instrumento metodológico ou instrumento de análise proposto pelo pesquisador, seja como dinâmicas efetivamente vividas e produzidas pelos grupos sociais.

A regionalização pode ser entendida como um processo de classificação e compreensão das diversas funções materializadas no espaço ante ao processo de produção capitalista. Estes processos se estabelecem a partir de mecanismos específicos adotados pelos estados, capitais privados, das forças produtivas disponíveis etc. Daí a necessidade, para os geógrafos, de retomarmos as discussões sobre as regionalizações, sobretudo, de como as dinâmicas globais atingem as regiões de países da periferia do capital como o Brasil. De acordo com Contel (2015, p. 449):

A primeira definição sistematizada da noção de região foi feita por Herbertson, em artigo datado de 1905. No que diz respeito aos seus aspectos mais metodológicos, pode-se dizer que a proposta desse autor tem a preocupação de criar uma "geografia

sistemática", e busca encontrar “[...] ordens de divisões geográficas [...]” no globo terrestre.

Observamos que a preocupação com a criação de um sistema geográfico capaz de orientar processos de regionalização não é de agora. A princípio, a formulação metodológica estava na maioria das vezes baseada no quadro natural ou “feições” naturais das regiões. Entretanto, esses critérios não são capazes de atender as especificidades do capitalismo atual. Por isso, há a necessidade de buscar metodologias que sejam capazes de analisar as configurações e as atividades produtivas humanas atuais.

De acordo com isso Haesbaert (2010, p. 53),

Neste caso, o reconhecimento da região – ou da “condição regional” – não se dá com um simples artifício metodológico criado pelo pesquisador, mas efetivamente se reconhece sua construção a partir de práticas sociais específicas – no caso, a identidade cultural e uma certa representatividade política (na defesa explícita de interesses – notadamente econômicos - vinculados ao espaço regional).

A regionalização é o início da compreensão do fenômeno regional, é o reconhecimento de processos que envolvem tempo, agentes, produção, estratégia e toda dinâmica em uma determinada escala influenciada por esses fatores, o que concede uma particularidade. No entanto, definir as expressões capazes de dar sentido a região são desafios para os geógrafos ante os impulsos do dinamismo global.

Ribeiro (2008), no artigo “Regionalização: fato ou ferramenta”, discute questões importantes a este respeito. Segundo ela, “o estudo da “regionalização como fato”, expressiva da gênese e estruturação de regiões, depende de reconstrução histórica dos múltiplos processos que movimentam e limitaram a ação hegemônica [...]”. Ou seja, essa análise está intimamente ligada a construções materiais e históricas na leitura dos fatos. Já na “regionalização como ferramenta é “[...] disputada pelo estado, pelas corporações e pelos movimentos sociais, sendo também contestada nos conflitos territoriais, relacionados à afirmação, em diferentes escalas, de novos sujeitos e redes sociais” (RIBEIRO, 2008, p. 194) Nesta ordem, a expressão *conciliação* substitui o termo *disputa* entre o estado e as corporações, pois, nessa relação não há interesses antagônicos e sim um processo de complementaridade.

Para uma síntese das reflexões anteriores, e com intuito de permitir abrir os horizontes nos seguintes, é necessário considerar que:

- Diante as novas articulações globais surge uma necessária retomada as discussões das regiões como processos ideológicos e políticos. Apesar do globalismo pós-moderno disseminado no pensamento filosófico das últimas décadas.

- Compreender a região na contemporaneidade traz desafios, especialmente, dado às relações humanas ante o modo de produção capitalista que refletem em intensas e contraditórias transformações na organização do espaço.

- Regionalização entendida como um processo de classificação e compreensão das diversas funções materializadas no espaço ante ao processo de produção capitalista.

- Definir as expressões capazes de dar sentido a região são desafios para os geógrafos ante os impulsos do dinamismo global.

- A homogeneidade está presente apenas na rapidez com que os processos produtivos articulam e transformam a superfície terrestre, e esse fator não elimina a importância da questão regional nem de uma definição acerca dos estudos regionais.

- O retorno ao debate sobre a região como um fenômeno resultante do próprio processo de globalização, e está presente no espaço como uma estrutura mutável de acordo com o avanço do modo de produção capitalista e suas necessidades.

2.3 O crescimento urbano e a nova dinâmica regional

O papel das cidades no desenvolvimento do modo de produção capitalista é ponto de partida para entender os processos regionais no século XXI, pois, desde a revolução industrial é o palco principal das atividades econômicas do homem. É na cidade e materializada na sua estrutura que podemos observar a maior parte das transformações impostas pela dinâmica global. Desta maneira, o urbano e o regional não devem ser considerados de forma separada, tendo em vista que a maior parte da população mundial vive em regiões urbanas e a tendência é que essa população aumente dentro das próximas décadas.

Ao considerarmos a urbanização e industrialização tardia dos países periféricos como consequência do desenvolvimento e avanço capitalista no decorrer do século XX; notamos que essas nações passaram por um amplo e rápido processo de expansão dos centros urbanos. A exemplo disso, o Brasil sofreu uma intensa e acelerada urbanização, o êxodo rural, originado entre outros fatos pela mecanização agrícola, foi um dos fatores que desencadeou durante as décadas de 1960 e 1970 movimentos migratórios que possibilitou a população urbana ultrapassar a população rural. Sobre esse assunto, Santos (2005, p. 32) argumenta que “[...] entre os anos de 1960 e 1980, a população vivendo nas cidades conhece aumento

espetacular: cerca de cinquenta milhões de novos habitantes, isto é, um número quase igual à população do país em 1950”.

A partir de uma nova organização espacial que se apresentava no decorrer do século XX, podemos observar a inserção de algumas metodologias por parte do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que abordam a questão urbana. Entre a primeira delas podemos citar as Regiões Homogêneas de 1968, produzido em substituição das Zonas Fisiográficas (1942), e que levava em consideração a identificação da estrutura urbano-industrial, ganhando um nível intermediário em 1976 com as Mesorregiões Homogêneas. Ainda, na década de 1970, são introduzidos estudos das Macrorregiões, essa metodologia analisa os domínios ecológicos, abordam aspectos da articulação econômica e traços da estruturação urbana. Essa divisão é utilizada até hoje e distingue as cinco grandes regiões brasileiras em: Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul.

Assim, na segunda metade do século XX podemos observar um avanço por parte da geografia brasileira ao considerar as primeiras impressões dos fenômenos urbano-regionais. De acordo com Lefebvre (1999, p. 15) “sociedade urbana [é aquela] sociedade que nasce da industrialização”. O autor localiza mudanças significativas nos centros urbanos quando “a concentração da população acompanha a dos meios de produção”. A respeito do Brasil, Bacelar (2000, p. 73) afirma que

De um país de população predominantemente rural e de economia primário-exportadora baseada no regime escravocrata emerge, no século XX, um Brasil urbano, industrial e de relações de trabalho predominantemente capitalistas: uma transformação de grande profundidade. [...].

Apesar da intensificação dos processos urbanos que poderiam levar os estudos regionais a considerar cada vez mais as dinâmicas da urbanização, a geografia brasileira demorou a elaborar um quadro de junção entre o urbano-regional. Sobre esse assunto, Becker (2008, p.14) ressalta uma certa negligência nas discussões do tema, pois segundo ela, um “ponto importante a criticar no debate da década de [19]90 é a omissão das cidades [nas discussões urbano-regionais]. Falava-se das regiões, da reconcentração com desconcentração, mas ninguém articulava a questão regional com as cidades”. A autora ainda considera que “[...] não se pode tratar de região e regionalização sem levar em conta as cidades”. Nesse sentido, observamos a tendência dos estudos regionais em absorver análises da urbanização, hierarquia urbana e o desenvolvimento socioeconômico e espacial.

Novos e intensos processos de metropolização são característicos da fase em que a questão da cidade-região ganha relevo. De acordo com Magalhães (2008, p. 9):

Propomos que a cidade-região começa a ganhar forma a partir do momento em que o processo de urbanização dos entornos metropolitanos começa a se intensificar e a ter suas lógicas integradas ao tecido metropolitano, através de um aumento também dos fluxos do núcleo metropolitano para seu entorno e vice-versa.

A consideração da questão urbana-regional para a formulação de metodologias torna-se mais consistentes a partir do século XXI. Essas análises auxiliam a compreensão da dinâmica socioespacial fruto da lógica predominante do sistema econômico global. A exemplo disso podemos destacar em 2007 o primeiro estudo completo lançado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, que analisa a Região de Influência das Cidades (REGIC). Nesse estudo formulou um quadro urbano-regional para compreensão dos padrões espaciais e localização das atividades econômicas brasileiras. De acordo com a metodologia do REGIC (2007, p. 11):

Na classificação, privilegiou-se a função de gestão do território, avaliando níveis de centralidade do Poder Executivo e do Judiciário no nível federal, e de centralidade empresarial, bem como a presença de diferentes equipamentos e serviços. O levantamento das ligações entre as cidades permitiu delinear suas áreas de influência e esclarecer a articulação das redes no território.

O Quadro 2 identifica a classificação das cidades em cinco níveis hierárquicos, bem como, a metodologia utilizada na produção das Regiões de Influência das Cidades. Essa análise serviu de base para formulação metodológica que, em 2017, influenciou na determinação das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias (IBGE 2017), objeto de estudo dessa pesquisa.

Quadro 2: Hierarquia das Região de Influência das Cidades (REGIC)

Metrópoles	Grande metrópole nacional / Metrópole nacional / Metrópole
Capital Regional	Capital Regional A / Capital Regional B / Capital Regional C
Centro Sub-regional	Centro sub-regional A / Centro sub-regional B
Centro de Zona	Centro de zona A / Centro de zona B
Centro Local	Cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, população predominantemente inferior a 10 mil habitantes. (REGIC, 2007. P. 13)

Fonte: REGIC, 2007.

Organização: OLIVEIRA NETO, M. N. 2019

Os diferentes níveis de desenvolvimento das cidades e centros urbanos refletem a nova moldura de relações e dinâmicas regionais, que fazem parte da organização contemporânea do

espaço brasileiro. Com isso, houve a necessidade de atualização dos parâmetros de análises dos fenômenos regionais no qual, de acordo com Arrais (2007, p. 29) “a problemática urbana passa ser regional e a região a carregar o adjetivo urbano, incorporando as contradições próprias do nosso modelo de urbanização”. Desta forma, notamos a interação mais acentuada existente entre o urbano e o regional, pois, é nas cidades que ocorrem as tomadas de decisões políticas; são centros econômicos e de produção. Assim, torna-se possível a classificação pela importância e a influência que as cidades exercem em determinada região, tal como representado no quadro 02.

Como característica desse processo destacamos a notável descentralização industrial para outras macrorregiões brasileiras influenciadas, sobretudo, pela guerra fiscal e outros benefícios cedidos pelos governos estaduais. Além disso, existe a disponibilidade de uma força de trabalho remunerada com menores salários. Entretanto, este processo descentralizador ocorreu sem grandes avanços nas infraestruturas, com melhorias pontuais na malha rodoviária, aeroportos e portos. Essa descentralização precária é dos atributos da materialização do novo pacto regional, após a redemocratização. Sobre os investimentos na infraestrutura das últimas décadas, Fleury (2011, p. 3) afirma:

O baixo investimento em infraestrutura nas últimas décadas também afeta o setor de logística. Após cerca de 30 anos de subinvestimentos em infraestrutura de transportes (inferiores a 0,2% do Produto Interno Bruto (PIB)) (BRASIL, 2011c), o Brasil se encontra hoje com um grande déficit de infraestrutura tanto em termos quantitativos, quanto qualitativos, o que o deixa na 37ª colocação no item Infraestrutura do ranking do Banco Mundial.

Mesmo com os problemas na infraestrutura houve crescimento econômico, porém, deixou aparente as limitações nas redes de transportes operados majoritariamente pelo modal rodoviário. De acordo com Fleury (2011, p. 5):

[...] o Brasil tem a maior parte da sua produção (65,6%) transportada pelo modal rodoviário. Embora tenham a vocação de movimentar grandes volumes de cargas a longas distâncias, as ferrovias brasileiras transportam apenas 19,5% da produção nacional, com o modal aquaviário responsável por 11,4% (9,59% por cabotagem, 1,77% por hidrovias e 0,03% para apoio offshore), o dutoviário por 3,8% e o aéreo por apenas 0,05% (ILOS, 2012).

Desta maneira, podemos identificar uma descentralização que começou a se desenvolver com déficits estruturais, mas que mesmo assim, acabou levando uma participação maior de outras regiões no setor industrial (secundário). Esse processo ocorreu obedecendo algumas exigências do setor privado, como flexibilização das condições de trabalho, doação de terrenos e outras vantagens.

Assim, a superexploração é uma característica marcante da descentralização de atividades econômicas, com o estado sendo incentivador dessa atividade nas novas localidades. Essa política de vantagens é destinada quase exclusivamente para grandes corporações transnacionais, considerando o médio e pequeno empresário ficam de fora desse acordo político e econômico. Para Becker (2008, p.12) “[...] o capitalismo se mantém através da diferenciação espacial: a toda hora ele se reconstitui para extrair mais excedentes, mais-valia, de certas regiões”..

Desde o fim do regime militar houve uma abertura do Brasil para novas condições econômicas frente ao sistema global, traços de uma nova regionalização seguida de relações de interiorização do capital, as novas localidades passam a oferecer maiores lucros a custos minimizados. Assim as cidades passaram a atrair um número cada vez mais expressivo de agentes, oferecendo uma maior gama de serviços, essas ações não ficaram restritas as metrópoles ou capitais. Nota-se, nos últimos anos, um número crescente de cidades médias que passam a exercer novas funções com a chegada de serviços e se transformaram em centros de atração de pessoas. Conforme Nascimento (2016, p. 91) “com o passar do tempo a cidade passou a absorver um número cada vez maior de funções, representando o centro de decisões seja econômica, política ou ideológica de determinada região”. O crescimento da população urbana e a chegada de serviços que em muitos casos existiam apenas nas grandes metrópoles, são fatores dos novos quadros de relações nacionais e internacionais num mundo globalizado, e junto a essa realidade, devemos abordar as possibilidades de reflexão sobre o desenvolvimento regional do Brasil. Para Ribeiro (1989, p. 338):

A explosão demográfica, a congestão urbana, as necessidades de organizar racionalmente áreas em função da gente que cresce e das cidades que não produzem o que consomem, mas, por meios acelerados de circulação, levam muito longe o fluxo de abastecimento e o refluxo da irradiação, criaram formas de organização do espaço.

Na publicação do estudo do REGIC em 2007 possibilitou a classificação de uma hierarquia que divide em 12 os principais centros urbanos do país, após atualização e publicação do REGIC 2018 que faz um levantamento decenal mantendo o aporte teórico e metodológico. Florianópolis-SC, Vitória-ES e Campinas-SP antes classificadas como capitais regionais foram reclassificadas como metrópoles. Transformações na última década atestaram que essas cidades passaram a dispor de maior quantidade de empresas, instituições públicas e grande atratividade de bens e serviços.

Até o momento identificou-se as 15 mais influentes aglomerações urbanas do Brasil, conforme o quadro 3, e com uma extensa área de influência direta. A metodologia utilizada

pela Região de Influência das Cidades considera funções, disponibilidade de equipamentos e serviços, centralidade empresarial e centralidade do poder executivo e judiciário. Apesar da interiorização de serviços nos últimos anos, é sob e dentro da região de influência das metrópoles que se desenvolvem as principais atividades, numa extensa área que varia de tamanho de acordo com a dimensão das relações que possuem. Subordinam capitais regionais, centros regionais, centros sub-regionais, centros de zonas e cidades, não respeitando divisões estaduais e sim a até onde se estende a influência no território representando deslocamento de habitantes, oferta de bens e serviços, dessa forma desenvolvem hierarquia dos centros e as ligações entre as cidades.

Quadro 3: 15 principais centros Urbanos do Brasil

Redes de primeiro nível	Classificação	Nº Cidades na Região de influência
São Paulo (SP)	Grande metrópole N.	679
Rio de Janeiro (RJ)	Metrópole Nacional	63
Distrito Federal (DF)	Metrópole Nacional	277
Manaus (AM)	Metrópole	71
Belém (PA)	Metrópole	157
Fortaleza (CE)	Metrópole	630
Recife (PE)	Metrópole	720
Salvador (BA)	Metrópole	402
Belo Horizonte (MG)	Metrópole	752
Curitiba (PR)	Metrópole	373
Goiânia (GO)	Metrópole	364
Porto Alegre (RS)	Metrópole	417
Florianópolis (SC)	Metrópole	265
Vitória (ES)	Metrópole	85
Campinas (SP)	Metrópole	34

Fonte: REGIC, 2020.

Organização: OLIVEIRA NETO, M. N. 2020

Os avanços na desconcentração brasileira ocorrem a partir de uma nova coesão que permite a amarração de novas relações, as doze regiões metropolitanas mais influentes do país absorvem localidades que, às vezes, não têm afinidades cultural, econômica ou natural, mas, que a partir de uma relação dialética estão conectadas neste centro aglutinador. Para Becker (2008, p. 12) “[...] não teria havido o esgotamento da desconcentração, mas uma desconcentração seletiva, em função dessa escolha locacional”.. É dentro da região de influência sob projeção e interferência desses grandes centros urbanos que se desenvolvem

atividades que ligam o local ao global, que de acordo com Becker (2008, p.12) essa nova realidade de relações “[...] teria gerado ilhas de dinamismo no território nacional”.

Em outras palavras, observamos nas últimas décadas uma organização espacial originada por um quadro de relações que possibilitou uma nova dinâmica nas cidades brasileiras, transformando-as em centros regionais. Algumas com grande capacidade de atração populacional devido aos serviços que agora são capazes de oferecer; outras são capazes de oferecer serviços mais básicos, mesmo assim assumem relevância na arquitetura regional. Isso se deve as ações do estado em conciliação com setores privados para atender as necessidades do capital. As clássicas divisões geográficas orientadas pela diferenciação de áreas que se davam pela análise dos elementos naturais, hoje, dão lugar a regiões subjetivadas que absorvem as mais diferentes paisagens, culturas e localidades a partir do critério da influência da rede urbana. Para Ribeiro (1995, p. 55):

Uma cidade, mesmo enorme e tentacular, ocupa área limitada: pois não é a acumulação de gente em espaço exíguo um dos caracteres mais nítidos? Por outro lado, o seu forte poder de atração, estende-se a regiões inteiras; não é raro, porém, que as ultrapasse.

Desse modo, os estudos regionais tornam-se aliados para compreensão da organização espacial e instrumentos para identificar a materialização da infraestrutura sobre o espaço, impostas pelo sistema econômico global. Segundo Santos (2005, p. 44) “as especializações do território, do ponto de vista da produção material, assim criadas, são a raiz das complementaridades regionais há uma nova geografia regional que se desenha, na base da nova divisão territorial do trabalho que se impõe”.

A urbanização acelerada trouxe novas condições e desafios para a ciência geográfica no que diz respeito às análises da questão regional brasileira. A concentração populacional nas cidades coloca em evidência, o embate entre as classes sociais e os processos antagônicos do sistema do capital, exibindo a sua estrutura e dinamismo e, ao mesmo tempo, a sua face mais desumana presente na indigência das periferias dos grandes centros e Regiões Metropolitanas.

Sendo assim, estamos diante de uma nova ordem no qual as pessoas vivem, produzem e consomem essencialmente no espaço das cidades, tema já discutido por teóricos e intelectuais da ciência geográfica, mas, que a partir de 2017 torna-se oficializado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com a nova metodologia que, classifica o Brasil em Regiões Imediatas e Intermediárias. Sendo assim, uma nova composição do espaço é identificada através da incorporação mais acentuada de capital dos últimos anos, e

que evidenciam uma nova organicidade e dinâmica que necessitam estar presente nos estudos urbano-regionais. Becker (2008, p. 14) afirma que:

Há, assim, um processo dinâmico de reestruturação das regiões tradicionais e a formação de novas regiões, sub-regiões, em uma outra escala geográfica, que não as macro-regiões, que eram, como já assinali, até recentemente, as grandes unidades, de intervenção e de identificação.

A reunião de obras construídas pelo homem pode dar características a uma região de forma tão forte quanto relevo, ou cobertura vegetal. Por isso, a regionalização brasileira passa por uma nova constituição e método para observação dos fenômenos. Assim, a região agora também passa a ser interpretada principalmente a partir das atividades produtivas, grau de influência e hierarquia na rede urbana, e isso não ocorreu muito rapidamente, mas ao longo de mudanças profundas na organização espacial do Brasil durante o século XX e na sua transição para o século XXI.

Para uma síntese das reflexões anteriores, e com intuito de permitir abrir os horizontes nos seguintes, é necessário considerar que:

- O processo de urbanização acelerado dos países periféricos é uma característica marcante do avanço e desenvolvimento do sistema capitalista.

- Na segunda metade do século XX, é possível observar a inserção de algumas metodologias por parte IBGE, que abordam a questão urbana.

- Em 2007, foi lançado pelo IBGE o REGIC no qual formulou um quadro urbano-regional para compreensão dos padrões espaciais e localização das atividades econômicas brasileiras.

- As cidades passaram a atrair um número cada vez mais expressivo de agentes privados e instituições públicas, oferecendo uma maior gama de serviços, essas ações não ficaram restritas as metrópoles ou capitais.

- A publicação atualizada do REGIC 2018 manteve o aporte teórico e metodológico de 2007, mas elevou a condição de metrópole as cidades de Florianópolis-SC, Vitória-ES e Campinas-SP.

3 – DINÂMICAS ECONÔMICAS E TRANSFORMAÇÕES REGIONAIS DE ALAGOAS ENTRE 1990-2017

Com o intuito de compreender as mudanças estruturantes que antecipam as novas formas de interpretação da questão regional, é importante trazer análises da totalidade concreta que determinam as relações e possibilitam uma reflexão mais atenta que envolve e ascende do particular (o regional) para o geral (o global). Nesse sentido, em meados da década de 1970 e começo dos anos de 1980 houve a transição do modelo fordista para o pós-fordista, atual fase do modo de produção capitalista. Essa mudança estrutural foi necessária diante das crises do capital. De acordo com Harvey (1989, p. 135) “o período de 1965 a 1973 tornou-se cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo”.

3.1 Histórico das transformações econômicas recentes de alagoas

Com a reestruturação do capitalismo e o surgimento de outras formas de categorias sociais, o que nos ajuda a compreender as modificações ocorridas nos países do terceiro mundo (como no caso das nações latino-americanas). Esse processo acabou gerando uma forte industrialização em países fora do eixo central (EUA, Europa ocidental e Japão), logicamente esse processo não se deu de forma uniforme nos países, sobretudo, num país continental como o Brasil. De forma que as regiões já industrializadas expandiram ainda mais os polos industriais, enquanto alguns estados de outras regiões ainda permaneciam com grande dependência da agricultura e da monocultura exportando commodities. Para Andrade (1984, p.38):

[...] o crescimento brasileiro se fez de forma desigual [...] entre as várias regiões, fazendo com que algumas se beneficiassem do crescimento, enquanto outras mantivessem as velhas estruturas, transformando-se em fornecedoras de matérias-primas e de mão-de-obra barata às mais desenvolvidas. Além disso, essas regiões mais atrasadas são transformadas também em consumidoras dos produtos industrializados das regiões mais desenvolvidas.

A partir dessas transformações que ocorreram no cenário mundial, podemos notar nas últimas décadas uma gradativa decadência do modo de produção agrário voltado à monocultura da cana-de-açúcar na Macrorregião Nordeste, o que afetaria Alagoas que é o maior produtor de toda região. Alguns programas como o Proálcool (Programa Nacional do

Álcool), que tinha como objetivo intensificar a produção de álcool para a substituição da gasolina foi responsável pela transferência de usinas e maquinários de grupos tradicionalmente nordestinos, para novas fronteiras de produção sucroalcooleira nas Macrorregiões Sudeste e Centro-oeste.

Depois desse ciclo de perda de espaço produtivo em cenário nacional, a crise financeira instalou-se intensificando após a primeira grande crise mundial do período pós-fordista no ano de 2008. Nesse contexto, inúmeras usinas do setor sucroenergético alagoano faliram ou decretaram recuperação judicial. Esse momento de crise mundial do capital representa a decadência desse setor que já vinha demonstrando uma menor participação no PIB–Produto Interno Bruto do estado, entretanto, ainda é o principal produto agrícola de Alagoas.

Os dados do IBGE (1990-2015) demonstram essa transformação econômica de Alagoas no que se refere ao setor sucroenergético. Em 1990 22,8% do PIB do estado dependia desse setor; esse número caiu em 2015, quando o setor representou apenas 11,5 %. Isto é, em 25 anos a importância da produção sucroalcooleira encolheu 11,3%. No entanto, essa queda foi mais significativa ainda em 2005, quando essa atividade representava apenas 8,6 % do PIB.

Apesar desse encolhimento, os dados indicam um ponto a mais: o setor sucroenergético é essencial para economia alagoana. E mais: a ele se atrela toda a dinâmica regional, sobretudo, da região Intermediária de Maceió ou da antiga mesorregião do Leste Alagoano. As crises econômicas, portanto, afetam diretamente essa estrutura regional.

Nesse sentido, é preciso dizer que as usinas que permanecem em atividade após a crise têm muito menos absorção de mão de obra e oferta de vagas de emprego fixo. Dessa forma, as cidades se consolidam como centros operacionais do capital e se tornam as principais responsáveis por absorver o contingente de reserva de mão de obra. Com o arrefecimento da economia açucareira, outros setores da economia, principalmente, o terciário se destaca no que diz respeito a consolidação do trabalho informal. Os dados do IBGE mais uma vez são significativos, pois, demonstram que cerca de 47,2% dos alagoanos são trabalhadores informais (IBGE, 2020).

Identificamos o aumento da participação de outros setores na economia, resultantes das reestruturações do capital diante das crises globais, que impuseram novos padrões de organização espacial ao Brasil, ao Nordeste e a Alagoas, o que refletem em mudanças regionais e que devem ser analisadas.

Como podemos notar as cidades passam a abrigar outros setores produtivos em seu PIB, serviços, por exemplo. E por consequência também abriga a maior parte do contingente de reserva da mão de obra e capital político. Esse processo não ficou restrito apenas as grandes cidades, mas também em outras aglomerações populacionais menores.

Os dados do IBGE (2015) apontam o crescimento da importância do setor de serviços na economia alagoana. Em 1990, 52,9 % do PIB estava ligado a este setor; em 2015 este valor subiu para 73,3 %; um aumento de 20,4% em 25 anos; um crescimento médio anual de 0,816 %. A maior taxa de crescimento deu-se entre 1990 e 1995 com um aumento de 7,9%; entre 1996 e 2000, os valores ficaram em torno de 1,4%; este valor subiu um pouco mais rápido entre 2005 e 2010 com uma taxa de crescimento de 4,4%; tendência que se manteve entre 2011 e 2015 quando o crescimento foi de 4,6% (IBGE, 2015).

Não é uma novidade que as cidades já dominam o cenário econômico e político nas mais diversas escalas. Diante disso existe a necessidade de uma nova abordagem metodológica seja por parte dos órgãos do estado, ou por parte dos geógrafos e intelectuais que pesquisam e analisam as dinâmicas do território e organização socioespacial.

Essas transformações introduziram novas dinâmicas socioespaciais, fluxos e novas formas de produção e reprodução do capital, tudo isso conduziu à necessidade de se analisar as dinâmicas regionais que estão cada vez mais interligadas às dinâmicas nacionais e globais. Para nós, a necessidade da renovação metodológica de análises regionais surgiu, em primeiro lugar, das mudanças econômicas e espaciais ocorridas nos últimos 30 anos, principalmente nas cidades.

A isso acresce a consolidação de outras formas de capital, composta por novos setores de produção, novos mercados de inovação comercial, novas dinâmicas espaciais, e dessa forma surge à necessidade de compreensão da nova organização regional. É nesse contexto de transformação que a cidade surge como uma referência para compreender as transformações, deixando claro que esse processo não fica retido apenas ao que se materializa nas cidades. Para Souza (2010, p. 115) “ser urbano hoje, já o sabemos, não significa mais viver no espaço físico da cidade. A questão urbana apresenta uma magnitude distinta. Cidade e Campo já não são hoje complementares, mas confluentes”.

Logicamente o processo de expansão da influência das cidades, não ocorrem de forma meramente espontânea e é necessário entender as políticas que influenciaram esse processo. De acordo com Souza (2010, p. 122):

Durante a elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, estavam em vigor I Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND – (1971 – 1974), que continha uma diretriz da qual procuramos tirar proveito, pois, para a consecução dos objetivos nacionais de desenvolvimento e transformação social, referia-se ao “processo de integração [...] com articulação harmônica entre regiões desenvolvidas e regiões em desenvolvimento”.

A Política Nacional de Desenvolvimento – PND é apenas uma das estratégias promovidas pelo estado, o que já demonstrava objetivos para uma descentralização econômica para regiões Amazônica, Centro-Oeste e Nordeste. Nesse primeiro momento, ainda durante a época dos governos militares, com a criação em 1974 do Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU. Posteriormente em 1985, após a redemocratização, ganha-se um maior suporte com a configuração do “Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente”. A partir de 2019 com o início do governo Bolsonaro, perde o status de ministerial do então “Ministério das Cidades”, ganhando apenas a designação de “Secretaria Nacional de Habitação”.

Para uma síntese das reflexões anteriores, e com intuito de permitir abrir os horizontes nos seguintes, é necessário considerar que:

- Os processos globais que influenciaram mudanças no modo de produção dos países da periferia do capital.

- Na segunda metade do século XX, as cidades tornam-se cada vez mais importantes com cada vez mais participação no PIB de Alagoas.

- Compreender as transformações que introduziram novas dinâmicas socioespaciais e conduziu as mudanças metodológicas.

3.2 Dinâmica Urbano-Regional Alagoana dos últimos 30 anos

O conjunto de informações e a tabulação de dados vinculados a partir de agora, identificam algumas características do crescimento Urbano-Regional de Alagoas, vamos utilizar a análise do REGIC, assim, faremos uma observação sobre o nível de influência das principais aglomerações populacionais de Alagoas, que são as cidades de Maceió e Arapiraca. Como visto anteriormente, nas últimas décadas o crescimento das cidades acrescentou uma nova dinâmica na organização socioespacial brasileira, esta notável mudança passa também a dar subsídios para orientação e modificações na metodologia de regionalização.

A descentralização de alguns serviços antes encontrados apenas em grandes centros urbanos ou nas regiões onde se concentram uma maior diversidade de divisão territorial do trabalho são algumas características socioespaciais da contemporaneidade. Podemos observar

a consolidação de padrões de estudos regionais que partem de concepções e análises estabelecidas a partir do Urbano-Regional, porém, esta tendência nos processos de organização espacial não caracteriza propriamente uma novidade, tendo em vista que o RIGIC é uma continuação de trabalhos de uma linha de pesquisa do IBGE com mais de cinco décadas, com sua primeira edição publicada em 2007. De acordo com António (1985 p. 133-134):

As idéias regionalistas e as metodologias geográficas consequentes não se esgotam em Vidal de La Blache, no modelo de estudo regional <<clássico>> proposto pelo <<Tableau...>>; já atrás referíamos (ponto 3.2), citando LACOSTE (1979), que Vidal possuía outras maneiras de <<construir>> as regiões, dando uma importância maior à organização econômica das regiões, industrializadas e ao papel preponderante das <<capitais regionais>> assumindo um papel cada vez mais <<directivo>>[...]. É precisamente esta última proposta – a região entendida como um território organizado por uma metrópole regional.

Desta maneira, observamos uma linha de atuação traçada pela ciência geográfica a respeito da região, onde esse conceito passa a ser influenciado por análises do espaço urbano. Seguindo essa perspectiva o estudo do REGIC hierarquiza as cidades de acordo com funções de gestão que exercem sobre outras cidades, considerando as atividades do setor privado, gestão pública e atratividade de serviços.

Ao considerarmos a urbanização brasileira de acordo com as cinco grandes regiões, observamos que o Nordeste figura na última colocação com aproximadamente 73,12% da população vivendo em áreas urbanas. Porém, este fator não caracteriza um empecilho nas análises da organização espacial, pois, a metodologia aplicada pelo REGIC considera os diferentes processos que organizam o espaço e que são responsáveis por dispor de forma desigual os objetos criados pelo homem. Nesse sentido, a análise regional se adequa as diferenças de dinâmica espacial existente no Brasil com a finalidade de facilitar a interpretação, criando meios para compreensão das desigualdades. A respeito das regiões menos densas em ocupação o REGIC (2007 P. 11):

Assim, centros localizados em regiões menos densamente ocupadas, em termos demográficos ou econômicos, ainda que apresentem indicativos de centralidade mais fracos do que os de centros localizados em outras regiões, podem assumir o mesmo nível na hierarquia.

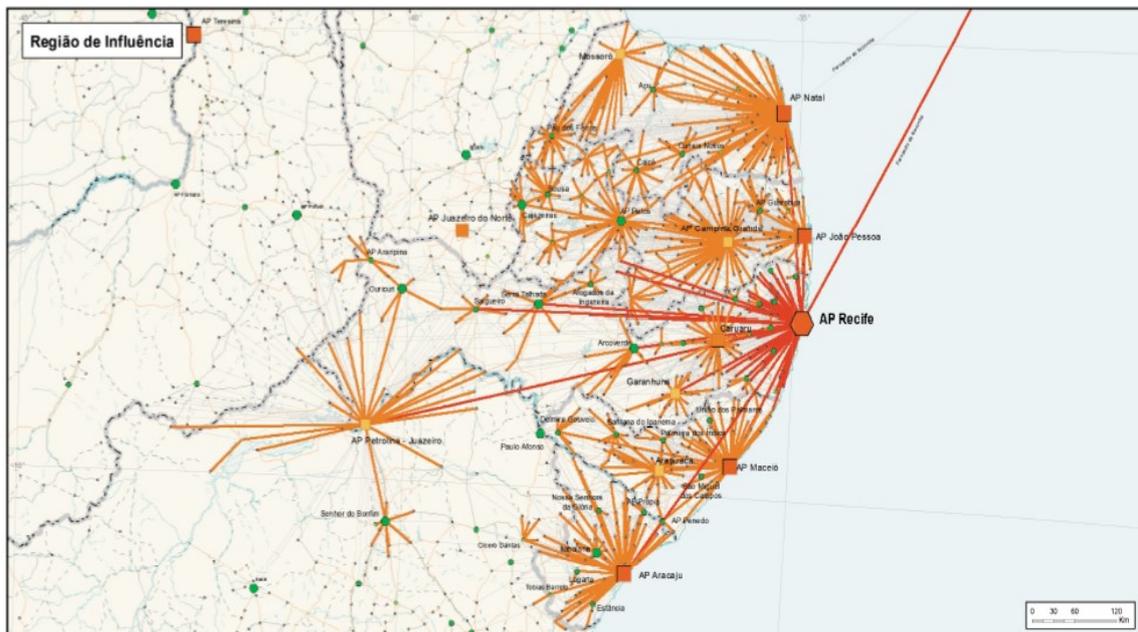
A metodologia do REGIC não descarta regiões com índices menos densos de urbanização, pois, a influência das cidades ultrapassa as divisas estaduais de acordo com a hierarquia e densidade das relações e ligações externas. Além dos estudos de Regiões de Influência das Cidades, o IBGE produziu análises que evidenciam novos paradigmas para os estudos regionais do Brasil como: Divisão Urbano – Regional (IBGE, 2013); Gestão do

Território (IBGE, 2014); Logística dos Transportes do Brasil (IBGE, 2014); Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil (IBGE, 2016).

Como já detalhado no primeiro capítulo, a descentralização de indústrias e serviços trouxe uma nova organização espacial, na região Nordeste não foi diferente, apesar de existir uma maior importância e os principais centros urbanos estarem localizados no litoral, podemos notar que no interior nordestino começam a despontar outros centros urbanos de relevante importância para a população.

A exemplo disso, outras importantes cidades caracterizadas pelo REGIC como Capitais Regionais, em vários estados da Região, oferecem serviços e comércio diversificado a população, atraindo até pessoas de outras unidades federais. Considerando a Região Nordeste as cidades de Fortaleza, Salvador e Recife são as que exercem maior de influência. Assim, é interessante que saibamos que Alagoas se encontra na região de influência de Recife (Metrópole), como apresenta o mapa 2. Com um arranjo populacional de aproximadamente 23. 601. 254 milhões de pessoas e consolida-se como a maior Região de Influência do Nordeste. Na classificação hierárquica definida pela Região de Influência das Cidades, as Metrôpoles estão no mais alto nível de influência com ampla abrangência territorial, podendo ter conexão em todo país.

MAPA 2: Região do Influência do Recife/PE - Metrôpole

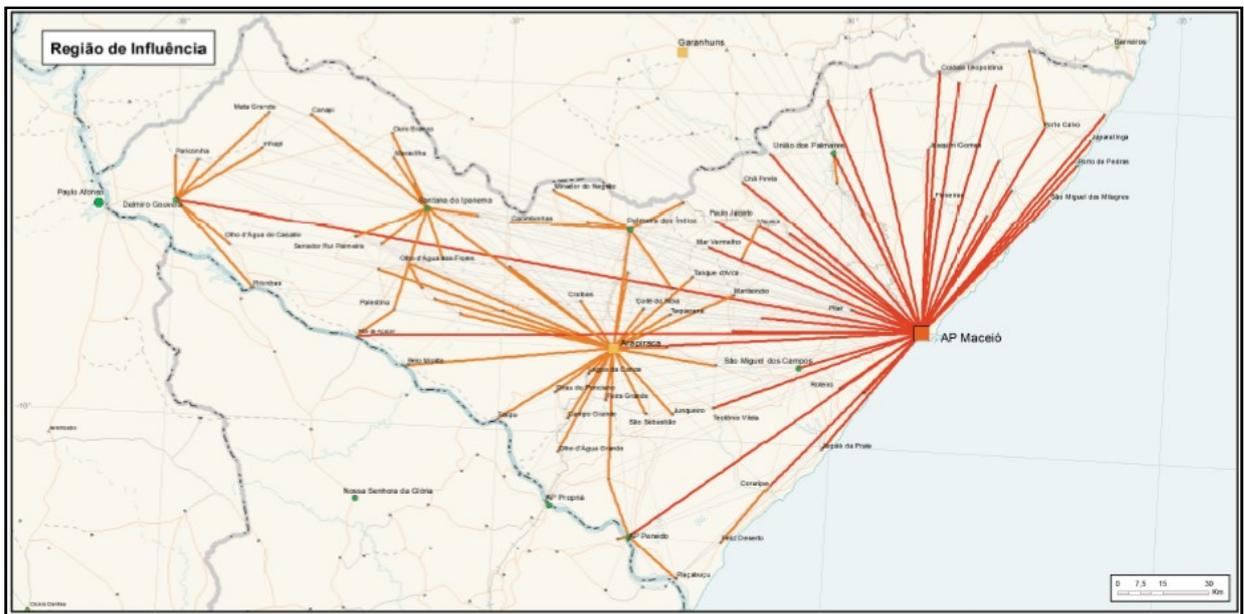


Fonte: REGIC, 2020.

Como observado no mapa 2, Maceió está sob influência de Recife, entretanto, vale destacar que entre as capitais mais próximas da metrópole pernambucana, a capital Alagoana tem a maior hierarquia, enquanto João Pessoa é uma Capital Regional B, Maceió é uma Capital Regional A. Esse dado é importante, pois permite a observação do alcance regional da influência que a capital alagoana exerce, bem como sua participação na rede que interliga diversos pontos de médio alcance como no caso das Regiões Geográficas Intermediárias, e de alcance local exercido pelas Regiões Geográficas Imediatas.

O estudo classificou os principais centros urbanos alagoanos e identificou a hierarquia das cidades do estado, assim, Maceió e Arapiraca são os principais arranjos populacionais – AP, como podemos observar no mapa 3, classificadas como Capitais Regionais A e C respectivamente. Essa classificação serviu de base para que o IBGE pudesse determiná-las como Regiões Geográficas Intermediárias, as duas cidades concentram e ofertam serviços públicos e privados, e centralizam as principais conexões na gestão territorial, por isso, possuem grande força de atração populacional.

MAPA 3: Região do Influência do Maceió e Arapiraca – Capitais Regionais A/C



Fonte: REGIC, 2020.

A hierarquia das Regiões de Influência das cidades classifica os arranjos populacionais de Alagoas e, Maceió enquanto capital Regional A exerce influência em todo o estado, junto a Arapiraca, como podemos observar no mapa 03. Localizada na região central do estado, Arapiraca estende a sua influência até as cidades de menor hierarquia que são muito

importantes e que dão suporte imediato as necessidades da população, e acabam por influenciar os Centros Locais.

No Quadro 4, podemos observar como se encontrava a classificação das cidades com maior influência de Alagoas na versão do REGIC no ano de 2007, a intenção é destacar a evolução dos arranjos populacionais e assim, analisar sua evolução, e quais mudaram de classificação ou alteraram sua hierarquia na última década.

QUADRO 4: Região de Influência das Cidades (REGIC) de Alagoas ano 2007

Capital Regional A	Capital Regional C	Centro Sub Regional B	Centro de Zona A	Centro de Zona B
Maceió/AL	Arapiraca/AL	Santana do Ipanema/ AL	Palmeira dos Índios/AL Penedo/AL São Miguel dos Campos/AL União dos Palmares/AL	Delmiro Gouveia/AL Pão de Açúcar/AL Porto Calvo/AL Batalha/AL Olho D'água das Flores/AL
As demais cidades são classificadas como: Centros Locais				

Fonte: REGIC, 2008

Org.: OLIVEIRA NETO, M. N. 2019

Em 2020 o IBGE publicou a atualização do REGIC com dados obtidos até o ano de 2018, e que ao longo do decênio entre a primeira e a mais recente versão, identificou mudanças importantes na organização espacial do Brasil. Em nível estadual identificamos uma nova composição hierárquica em Alagoas como exposto no quadro 5.

QUADRO 5: Região de Influência das Cidades (REGIC) de Alagoas ano 2018

Capital Regional A	Capital Regional C	Centro Sub Regional B	Centro de Zona B
Maceió/AL	Arapiraca/AL	Delmiro Gouveia/AL São Miguel dos Campos /AL Santana do Ipanema/AL Palmeira dos Índios/AL Penedo/AL União dos Palmares/AL	Coruripe/AL Pão de Açúcar/AL Porto Calvo/AL Batalha/AL Olho D'água das Flores/AL Viçosa/AL
As demais cidades são classificadas como: Centros Locais			

Fonte: REGIC, 2020.

Organização: OLIVEIRA NETO, M. N. 2019

No quadro 5, é possível observar que Maceió e Arapiraca permanecem como Capitais Regionais A e C, mas a maior mudança ocorreu nos arranjos populacionais de menor grau hierárquico, onde comparativamente ao quadro 4 de 2007, assim, as cidades antes classificadas como Centros de Zona A, agora são centros Sub-Regionais B. Nesse contexto, Delmiro Gouveia destaca-se por ter obtido maior ascensão na classificação hierárquica, mudando de status diretamente de “Centro de Zona B”, para “Centro Sub-Regional”, onde trataremos de caso no terceiro Capítulo.

A influência da cidade e a designação de uma região estão atrelados a economia como um fator determinante na delimitação das regiões humanizadas, sobretudo, quando se analisa a questão urbano-regional. Sobre isto, identificamos alguns importantes dados sobre Maceió e Arapiraca, visto que as duas cidades representam as hierarquias mais altas do estado de acordo com o RIGIC. Nesse sentido, a tabela 1 identifica a evolução do PIB dos dois municípios entre os anos de 2002 a 2017. Nota-se um aumento substancial em ambas as cidades, podemos notar que o atual PIB de Arapiraca se assemelha ao do maceioense no ano de 2002.

TABELA 1: Evolução bienal do PIB do Brasil, Maceió e Arapiraca entre 2002 e 2017

Ano	Brasil	Arapiraca	Maceió
2002	1488787276	642115	4279173
2005	2170584503	893674	5996121
2006	2409449916	1045487	7086562
2009	3333039339	1627700	10579670
2010	3885847000	1908879	12369801
2013	5331618957	2973621	16456725
2014	5778952780	3436667	18266729
2017	6583319000	4100975	21827917

Fonte: IBGE, 2020.

Organização: OLIVEIRA NETO, M. N. 2020

O aumento do PIB está associado a políticas desenvolvimentistas e a expansão de outros setores da economia que tiveram uma maior intensidade no começo do século XXI, nessa fase marcada pelo capitalismo financeiro, o alinhamento da integração espacial e produtiva são características do atual ciclo do capital global. Assim, Alagoas que sempre foi conhecida pela produção do setor sucroalcooleiro passa a obter destaque em outros seguimentos e setores mais atuantes na economia, sobretudo, o setor terciário. Sobre Maceió e o crescimento do Produto Interno Silva (2013, p. 22) afirma:

Esse aumento da participação do PIB de Maceió no PIB nacional entre 2001 e 2010 deve-se ao fato de Maceió ter crescido economicamente mais que o Brasil nesta década. Ao se utilizar o deflator do PIB nacional para calcular as taxas reais de crescimento econômico de Maceió e do Brasil, infere-se que, em média, entre 2004 e 2010, enquanto o Brasil cresceu 4,8 a.a., Maceió cresceu 6,48% a.a.

Outro dado importante para compor essa análise e que indica certa melhoria no quadro social, sobretudo, a partir do primeiro decênio do século XXI, é o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. De acordo com o IBGE, em 2000 Arapiraca tinha 0,478 de IDH, em 2010 o índice subiu para 0,648. Maceió também demonstrou uma melhoria

considerável nesse quesito de qualidade de vida no mesmo período, passando de 0,584 em 2000 para 0,721 em 2010.

Apesar do crescimento econômico e melhorias dos quadros sociais das últimas décadas, a capital alagoana ainda possui o mais baixo índice de desenvolvimento humano dentre as capitais brasileiras. Outro fator marcante é a taxa de ocupação da população indicada pelo IBGE, com a população estimada em 1.018.948 pessoas a taxa de ocupação é de Maceió é de 26,4%, assim, apenas 267.119 maceioenses são considerados pessoas ocupadas. Em Arapiraca o percentual de população ocupada é ainda menor, com 18,1% pessoas, da população estimada pelo IBGE de 231.747, apenas 41.686 são ocupadas.

O aumento dos índices nem sempre evidenciam uma realidade social concreta, porém, de toda forma houve uma reorganização espacial no estado, o que caracteriza a condição alagoana numa maior participação do estado no PIB nacional. Nesse contexto Maceió e Arapiraca se configuram “cidades-polos” de maior importância, no qual os demais municípios possuem relação direta com esses importantes centros.

De acordo com o último censo do IBGE, a grande maioria da população alagoana, aproximadamente 73,6% das pessoas, vivem em áreas urbanas e 26,4% em áreas rurais. Assim, o estado segue o padrão nacional no que diz respeito a urbanização e comportamento populacional.

Podemos então observar um encaixe do processo urbano-regional presente em todo território nacional, umas mais densamente estruturadas e com maior dinamismo, já outras apresentam uma menor densidade e dinâmica, mesmo assim seguem a tendência no qual há maior importância dos centros urbanos, independente do seu grau de desenvolvimento.

Nesse sentido a análise territorial brasileira tem vínculos com as transformações estruturais presentes no espaço, sendo importante a adoção de métodos de análises que padronizem estudos ao passo que identifiquem suas particularidades e as necessidades regionais. Para Harvey (2004, p. 85-86):

Tudo assinala a grande importância de mover no espaço mercadorias, capacidade produtiva, pessoas e dinheiro. As condições vigentes nas indústrias de transporte e comunicações têm quanto a isso papel vital. Ao longo da história capitalista, as inovações tecnológicas nesse campo têm alterado de maneira dramática as condições da espacialidade (a fricção da distância) e produzido todo gênero de instabilidades a economia espacial do capitalismo [...]. Mas o que pode ser derivado teoricamente, e que é compatível com o registro histórico-geográfico do capitalismo, é um incessante impulso de redução, senão de eliminação, de barreiras espaciais, associadas a impulsos igualmente incessantes de aceleração da taxa de giro do capital. A redução do tempo do movimento provou ser uma necessidade vital do modo de produção capitalista. A tendência a globalização é inerente a este

esforço, e a evolução da paisagem geográfica da atividade capitalista tem sido impelida sem remorsos por etapa de compressão do espaço-tempo.

Para além dos índices, o desenvolvimento de atividades e o aumento na circulação de produtos, pessoas e a chegada de novos serviços, ficam perceptíveis na paisagem urbana, o que caracteriza esse momento é a quantidade de obras como: abertura de novas vias, duplicação de pistas, melhoria de rodovias já existentes, construção de viadutos e outras remodelações estruturais no espaço urbano da Região metropolitana de Maceió. A exemplo disso e fazendo parte da melhoria da estrutura viária, a fotografia 1 mostra projeto de obras rodoviárias.

FOTO 1: Melhoria de infraestrutura (Construção de Viaduto)



Fonte: OLIVEIRA NETO, M. N. 2020 (jun., 2020)

O intuito da foto 1 é demonstrar a criação e aprimoramento de infraestruturas cujo intuito é de aumentar e facilitar a comunicação com cidades do interior do estado e a partir da melhoria de rodovias estaduais e federais aumentando o fluxo de transporte e aprimorando a rapidez e conexão com o aeroporto.

Ainda na década de 1970, Arapiraca passa a dispor de alguns serviços antes encontrados apenas na capital, destacamos a interiorização de Instituições de Ensino Superior–IES. A tabela 02 identifica o movimento de interiorização e a inauguração de universidades estaduais e federais além dos institutos federais e estaduais de ensino. A nossa escolha por evidenciar os centros educacionais de ensino superior, deve-se ao fato de o

REGIC analisar este fenômeno como um dos fatores que geram atração nos centros urbanos em que se instalam.

Logicamente algumas características devem ser levadas em consideração, entre elas, o tamanho da unidade federativa. Nesse caso, Alagoas ocupa a penúltima colocação, sendo a maior apenas que o estado de Sergipe. Assim a descentralização das universidades e instituições de ensino superior para cidades pequenas trouxe outro significado para a distância que o alagoano tem que deslocar para ter acesso a esse tipo de formação. Outra característica que deve ser considerada é que a análise da Região de Influência das Cidades leva em consideração também os polos de Educação a Distância – EAD.

A partir de centros educacionais, com polos de Educação a Distância, por exemplo, houve a ampliação do acesso de cursos técnicos e ensino superior para hinterlândia do território alagoano. Isso gerou nova convergência de fluxos. De acordo com o REGIC (2018, p 101):

O último destaque a ser feito é, na Região Nordeste, ser frequente a existência de centralidades importantes em uma distância de cerca de 130 km da Capital de diversos Estados, como o Arranjo Populacional de Campina Grande/PB à Capital João Pessoa (PB); Caruaru (PE) à Capital Recife (PE); e Arapiraca (AL) à capital Maceió (AL). Esses polos, presentes no Agreste, reduzem as médias de deslocamentos para as Cidades do entorno e evitam a concentração da busca por ensino superior somente nas Capitais.

Dessa forma, a descentralização da educação superior no Nordeste e, especialmente, em Alagoas, trouxe novas dinâmicas e centralidades; as cidades para quais tais instituições de ensino convergiram tornam centro de atração, sobretudo, de pessoas vindas das adjacências. Entretanto, cabe destacar que os cursos que demandam mais infraestrutura e serviços especializados ainda continuam centralizados na capital. A tabela 2, mostra o que a descentralização do ensino foi mais intensa entre as décadas dos anos 2000 e 2010.

Na tabela 2, é possível observar a capilaridade de Universidade Federal de Alagoas no território alagoano, que a partir de 2006 se expande para Agreste e em 2010 chega até o sertão. É preciso observar que a escala do que chama de “Campus” vai além das Unidades Sede. Arapiraca é um bom exemplo; o Campus abrange Penedo, Viçosa e Palmeira dos Índios; elemento que demonstra a importância dessa cidade no contexto regional Alagoano. O mesmo acontece com o Campus de Delmiro Gouveia que tem uma influência regional importante.

Mas, por que a UFAL exerce influência importante na dinâmica regional? O processo de “interiorização” levou 22 cursos superiores somente para o Campus de Arapiraca, entre

eles o de medicina – uma exceção, considerando a tendência de cursos dessa natureza tendem a se concentrar em capitais. Enquanto o Campus de Delmiro Gouveia disponibilizou mais 8 cursos para a região de influência dessa cidade.

A expansão da Universidade subjaz a expansão de outros serviços. Isto porque somente o Campus Arapiraca atende mais de 6 mil alunos. Acresce a isso toda a rede de serviços (moradia, alimentação e transporte), postos de trabalho, sobretudo, do setor público. A Universidade tende por sua natureza atrair fluxos das mais variadas naturezas; tanto é que consta no Plano de Desenvolvimento Institucional -PDI o anseio de ocupar regiões estratégicas do estado.

TABELA 2: Cidades com Instituições federais e estaduais de ensino por ano de inauguração.

Município	UFAL	IFAL	UNEAL	UNCISAL
Arapiraca	2006 (Campus Arapiraca)	2010	1970	–
Batalha	–	2014	–	–
Coruripe	–	2018	–	–
Delmiro Gouveia	2010(Campus Sertão)	–	–	–
Maceió	1961	1909	2012	1975
Maragogi	–	2010	–	–
Marechal Deodoro	–	1995	–	–
Murici	–	2010	–	–
Palmeira dos Índios	2006 (Campus Arapiraca)	1993	–	–
Penedo	2006 (Campus Arapiraca)	2010	–	–
Piranhas	–	2010	–	–
Rio Largo	–	2014	–	–
Santana do Ipanema	2010 (Campus Sertão)	2010	1994	–
São Miguel dos Campos	–	2015	2005	–
Satuba	–	2008	–	–
União dos Palmares	–	(Em construção)	1998	–
Viçosa	2010 (Campus Arapiraca)	2014	–	–
Distribuição por Região Geográfica Intermediária		Maceió	Arapiraca	
		16	11	

Fonte: UFAL (s/d); IFAL (2019); UNEAL (s/d); UNCISAL (s/d).

Organização: OLIVEIRA NETO, M. N. 2020

Além da UFAL, é preciso chamar à atenção para a Fundação Educacional do Agreste Alagoano – FUNEC, que nos anos 2000, após reestruturação ganhou status de instituição

universitária, passando a se chamar Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, a entidade passa inclusive a distribuir polos em outras cidades do estado.

Outra instituição de ensino importante é o Instituto Federal de Alagoas – IFAL, que também passa por um processo de expansão, inaugurando campus em várias cidades em diferentes regiões do estado. Outra instituição de ensino com campus apenas localizado na capital é a Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas - UNCISAL.

O quadro da distribuição dos institutos de ensino identifica características da nova regionalização no estado, porém, cabe a observação de suas peculiaridades. Uma delas está no campus da Universidade Federal de Alagoas — UFAL de Penedo que está localizado na Região Intermediária de Maceió, entretanto, está sobre a administração da UFAL de Arapiraca. Essa mesma característica ocorre na região de abrangência da Procuradoria Regional do Trabalho — PRT, presente no mapa 04, onde Penedo mais uma vez encontra-se sob a influência de Arapiraca. O exemplo de Penedo caracteriza uma sobreposição de influências entre as Regiões Geográficas de Intermediárias de Maceió e Arapiraca, nesse caso devemos considerar a distância entre estes centros urbanos. Penedo está cerca de 115 km de Maceió, enquanto Arapiraca está a apenas 60 km, a proximidade é um agente que interfere nessas situações.

Contudo, vale a pena lembrar que dentro do quadro de influência estabelecida pelo REGIC, Maceió está em um nível hierárquico acima das outras cidades, isso quer dizer que ela influencia Arapiraca em vários aspectos e seguimentos - como poderemos ver no Quadro 6 - que aponta algumas variáveis utilizadas na análise de influência das cidades.

QUADRO 6: Infraestrutura das Capitais Regionais de Alagoas

Serviços e Estrutura	Maceió (Capital Regional A)	Arapiraca (Capital Regional C)
Aeroportos internacionais	1	-
Shoppings (Grande porte)	3	1
Superintendência Regional (PF)	Sede	-
Unidades IML	1	1
Distritos Industriais	2	1
Quartéis Bombeiros	8	1
IPHAN	Sede	-
IBAMA	Sede	-
IMA	Sede	-
Grupos atacadistas	3	3
Sede DETRAN	DETRAN	CIRETRAN
Receita Federal	CAC	ARF

SEFAZ (Estado)	1	-
MPT	1	1
Sedes televisão	5	-
Sistema Prisional	9	1
Estabelecimentos de ensino (fundamental e médio)	605	151
Região metropolitana	14 municípios	20 municípios
CBTU	1	-

Fonte: CBM (s/d); IPHAN (s/d); IMA (s/d); DETRAN (s/d); SEFAZ (s/d); CBTU (s/d)

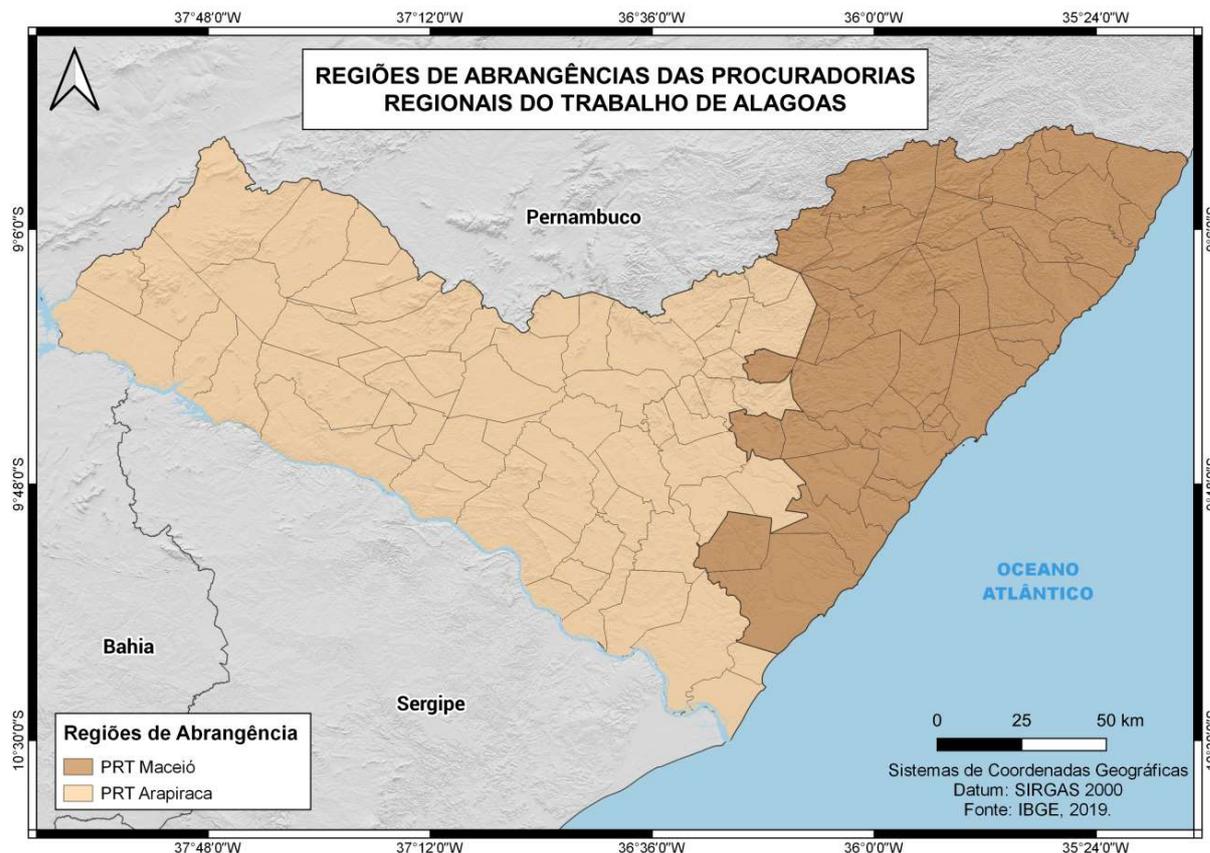
Organização: OLIVEIRA NETO, M. N. 2020.

Dessa maneira, o quadro 6 demonstra as diferenças em disponibilidade de alguns serviços, que os dois centros urbanos mais importantes do estado oferecem para a população. Assim, podemos compreender o papel de cada Arranjo Populacional dentro de suas Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas, além de demonstrar a relação de atração que elas exercem em Alagoas.

De acordo com a análise da Região de Influência das Cidades, as Capitais Regionais são centros com alta concentração de atividades de gestão. O quadro 6 mostra a estrutura e gestão de algumas atividades que diferem, Maceió considerada uma Capital Regional A e Arapiraca Capital Regional C. Nessas condições podemos ver que Maceió enquanto capital estadual centraliza uma série de serviços de gestão federal e estadual que atendem não apenas a população presente em seu arranjo populacional, exercendo influência em todo o estado incluindo Arapiraca que complementa a hierarquia das cidades alagoanas.

Como exemplo dessa articulação, o mapa 4 identifica a influência exercida pelas Capitais Regionais de Alagoas e em como vão além das divisões territoriais municipais. No caso, colocamos as duas Regiões de Abrangência das Procuradorias Gerais do Trabalho, desta maneira podemos observar que a localização de Arapiraca no centro do estado, permite uma abrangência territorial maior que Maceió entre os municípios.

MAPA 4: Regiões de Abrangência das Procuradorias Regionais do Trabalho



Fonte: MPT-AL (2014)

Organizador: SANTOS, J. E. B.

O mapa 4 registra a influência da Região Geográfica Intermediária de Arapiraca sobre a Região Geográfica Intermediária de Maceió, onde a proximidade de alguns municípios ou a facilidade de deslocamento faz com que Arapiraca absorva parte da população em busca de serviços oferecidos pela Procuradoria Regional do Trabalho. Nesse caso, mais uma vez Penedo está sobre a Região de abrangência de Arapiraca, mesmo o município pertencendo à Região Geográfica Intermediária de Maceió. Nessa situação a distância faz diferença, pois, enquanto a capital Alagoana está a 146 km de Penedo, ela se encontra a 73 km de Arapiraca.

Essa sobreposição, porém, não significa que exista uma conflitualidade de influência, e sim uma complementaridade de serviços que em até certo grau de complexidade podem ser oferecidos a população sem a necessidade de percorrer longas distâncias. E, ao mesmo tempo, sinaliza a influência do Arranjo populacional de Maceió sobre todo estado incluindo Arapiraca.

Para entender a hierarquia das cidades no contexto do estado, podemos observar as diferenças hierárquicas entre capitais Regionais de nível A e C, estabelecidas pelo estudo de Região de Influência da Cida de – REGIC. No quadro 5, podemos observar a presença de

algumas das análises utilizadas na temática de estudo da Região de Influência das Cidades – REGIC, e que foram decisivas e influenciaram na criação das Regiões Geográficas Intermediárias na metodologia de regionalização de 2017.

Para uma síntese das reflexões anteriores, e com intuito de permitir abrir os horizontes nos seguintes, é necessário considerar que:

- Enquanto capital, Maceió exerce influência em todo estado, e Arapiraca tem papel complementar na disponibilidade de serviços.

- As cidades de menor hierarquia no REGIC, foram as que mais ascenderam na versão mais atualizada com dados até 2018.

- A interiorização do ensino público superior e técnico foram essenciais para aumentar a influência de centros urbanos menores.

4 – AS NOVAS CONFIGURAÇÕES REGIONAIS DE ALAGOAS: das Microrregiões Geográficas às Regiões Geográficas Imediatas

Neste capítulo serão abordadas as novas configurações regionais de Alagoas a partir de 2017, ano em que há uma mudança significativa na metodologia do IBGE. O objetivo principal é conhecer a composição que forma as Regiões Geográficas Imediatas, bem como as principais cidades que dão identidade as novas regiões.

4.1 Regiões Geográficas Intermediárias: conhecendo a metodologia e a nova composição regional de Alagoas

As Regiões Geográficas Intermediárias fazem parte da nova proposta metodológica do IBGE publicada em 2017, nesse novo modelo de regionalização as Mesorregiões Geográficas foram substituídas, o termo “Mesorregião” foi utilizado pela primeira vez na década de 1970. Usado para designar um agrupamento de Microrregiões e dar um nível intermediário a regionalização brasileira, e que posteriormente foi utilizado na metodologia aplicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e estatística em 1990.

Metodologicamente primeiro foram criadas as Imediatas, as mudanças estão além de uma simples substituição de termos e de acordo com o IBGE, enquanto a primeira estava baseada em três variáveis; o processo social como determinante, quadro natural como condicionante e rede de comunicação e de lugares. A segunda e baseia-se nas Redes, no

quadro de hierarquia urbana, utilizando a Metr pole ou Capitais Regionais nos estudos da Região de Influência das Cidades (REGIC 2007).

No mapa 5, observamos a constitui o das mesorregiões de Alagoas, constituídas pelo Leste, Agreste e Sertão Alagoano. Na nomenclatura das Mesorregiões Geográficas, observamos men o às características naturais, indicando influências vidalianas na constitui o das regiões. De acordo com Souza (2013, p. 136) “a ‘região’ lablacheana seria uma entidade geográfica que corresponderia, por assim dizer, as harmoniosas rela es entre o homem e o seu meio natural”.

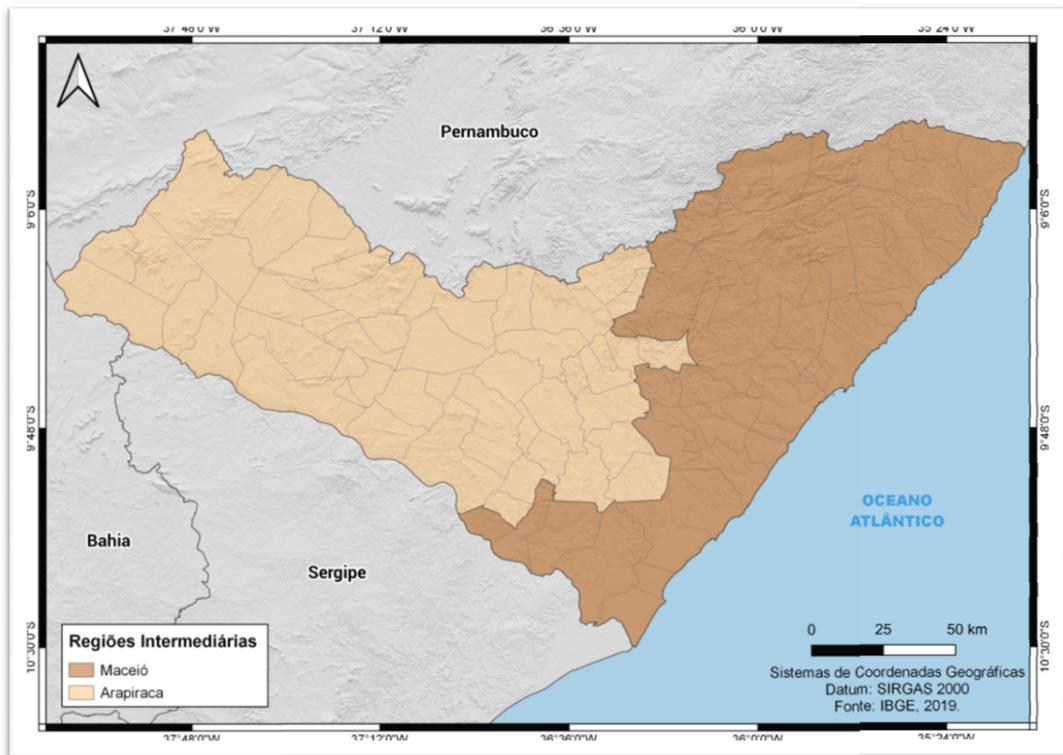
As Mesorregiões e Microrregiões Geográficas foram as regionaliza es utilizadas pelo IBGE por quase três décadas, em Alagoas essa representa o foi utilizada para traçar as características culturais e sociais do homem de cada Mesorregião, bem semelhante ao conceito de “Modo de Vida” e “G nero de Vida” defendido por Vidal de La Blache na elabora o conceitual de “Região Humana”. Isso são características que influenciaram o desenvolvimento da geografia moderna brasileira que tem forte ascendência na geografia francesa. Para Bezzi (2004, p. 69):

Pode dizer-se que o conceito de g nero de vida proposto por Vidal de La Blache   também uma no o alicerçada no paradigma do possibilismo geográfico, o qual orientou, modernamente a Geografia Humana. Segundo esse enfoque, seria por intermédio de uma série de técnicas confundidas com uma cultura local que o homem entraria em rela o com a natureza.

Nas Regiões Geográficas Intermediárias podemos notar uma ruptura de paradigma, e uma nova interpreta o regional, cuja influência urbana, e a divisão territorial do trabalho são fatores que condicionam a organiza o espacial. Assim, Nascimento (2016, p. 25) afirma que “Na efetiva o do ato do trabalho, o sujeito se v  diante de uma realidade que não   mais constituída apenas por determinantes naturais. E isso se dá porque o ponto de partida dos processos de trabalho será sempre um mundo já transformado antes”.

Assim, a nova realidade brasileira apresenta novas necessidades de organiza o espacial e regionaliza o, a nova metodologia em Alagoas caracteriza duas Regiões Geográficas Intermediárias Maceió e Arapiraca. Como resultado da implementa o da nova metodologia, os municípios que antes pertenciam a Mesorregião Geográfica do Sertão Alagoano, foram absorvidos pela Região Geográfica intermediária de Arapiraca como podemos notar no mapa 5.

MAPA 5: Regiões Geográficas Intermediárias – Alagoas (Metodologia 2017)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017)
Organizador: SANTOS, J. E. B.

O crescimento de Arapiraca listado anteriormente, fez com que a cidade fosse classificada como uma Capital Regional C na avaliação da hierarquia da Região de Influência das Cidades. Dessa maneira, Arapiraca é considerada uma cidade-polo oferecendo serviços de maior complexidade tanto no setor público quanto no setor privado.

No mapa 6, observamos a regionalização de 1990, constituída pelas três Mesorregiões Geográficas de Alagoas, uma divisão regional que perdurou por quase 3 décadas. Dessa forma, podemos comparar com a nova constituição das unidades regionais intermediárias e entender como as diferenças metodológicas modificam e redesenham os mapas.

MAPA 6: Mapa: Mesorregiões Geográficas – Alagoas (Metodologia 1990)

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio - SEPLAG, 2019.

Disponível em: < <http://dados.al.gov.br/dataset/a6504404-4b0a-47c4-a907-ae5645105ccd/resource/6f49f57b-a790-4d34-96b5-1553f2656be2/download/alagoasemmapas2012.pdf>>

O estabelecimento das novas divisões regionais ocorre através de análises contínuas da organização espacial na metodologia aplicada e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2017). Esse novo processo está alinhado ao planejamento e gestão pública para os próximos dez anos, se alinhado ao estudo decenal da Região de Influência das Cidades – REGIC.

O novo paradigma da questão regional brasileira que considera a influência das cidades e gestão territorial, pode ao longo dos próximos dez anos verificar mudanças significativas na organização a partir de análises do IBGE, e disponibilizadas por seus estudos. Assim, poderemos observar as regionalizações e divisões regionais bem diferente da configuração atualmente disponível. A mesma metodologia será responsável por observar mudanças que podem redesenhar os mapas, e no futuro apresentar novas Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas. Esse processo pode mostrar uma inédita questão na análise regional no Brasil, no que diz respeito aos estudos do IBGE, em que não se faz necessário modificar a metodologia, para identificar mudanças regionais consideráveis e traçar as novas configurações e divisões das regiões no Brasil.

Para uma síntese das reflexões anteriores, e com intuito de permitir abrir os horizontes nos seguintes, é necessário considerar que:

- Nas Regiões Geográficas Intermediárias podemos notar uma ruptura de paradigma, e uma nova interpretação regional, cuja influência urbana, e a divisão territorial do trabalho são fatores que condicionam a organização espacial.

- Em face das transformações das últimas décadas, e a importância das cidades a mudança metodológica foi necessária.

-As cidades passaram a atrair um número cada vez mais expressivo de agentes privados e instituições públicas.

4.2 A nova organização regional de Alagoas: a Região Intermediária de Arapiraca

A nova configuração regional de Alagoas articula novos limites regionais que foram definidos a partir da fusão, absorção e transferência de municípios das extintas Microrregiões Geográficas para compor as Regiões Geográficas Imediatas. De acordo com o REGIC (2018, p. 69) as análises para se chegar à definição das Regiões Geográficas Imediatas tem “[...] como base a Teoria dos Fluxos Centrais de Taylor, que incorpora a Teoria das Localidades Centrais de Christaller a aportes teóricos próprios”.

Outro fator importante para se considerar, e que é um dos aportes metodológicos utilizados na nova configuração regional são as “relações urbanas de proximidade”, o que pode conferir características específicas dependendo do nível de desenvolvimento, influência e contiguidade que os centros urbanos podem exercer.

Enquanto método de pesquisa a metodologia regional baseada na Região de Influência das Cidades – REGIC, sem dúvida traz um outro parâmetro para analisar a questão regional brasileira e compreender a organização socioespacial que aconteceram nos últimos anos. Entretanto, para além da questão de “proximidade, hierarquia, centros de gestão do território, e atratividade”, as pesquisas regionais devem ser mais claras e objetivas ao falar das desigualdades e dos índices sociais das Regiões Geográficas Imediatas.

Para a melhor compreensão deste item, criamos dois quadros com a composição regional das Regiões Geográficas Intermediárias de Maceió e Arapiraca (quadros 7 e 8). Nesses quadros é possível observar todas as fusões, absorções e transferências de municípios para compor as atuais Regiões Geográficas Imediatas. Um fato que nos chamou atenção foi que Delmiro Gouveia teve uma ascendência hierárquica, sendo o Arranjo Populacional que mais emergiu de acordo com o REGIC, quando comparamos as versões de 2007 e 2008. Dessa forma, Delmiro Gouveia ganha um subitem para podermos compreender como se deu esse processo.

Uma das características mais marcantes da Região Intermediária de Arapiraca, é que ela absorve todos as antigas Microrregiões Geográficas da Mesorregião do Sertão. Isso ocorre porque de acordo com a nova metodologia ainda não há um arranjo populacional que expresse tamanha importância, ao ponto de influenciar toda essa região. As únicas cidades que dentro das análises do REGIC tem maior atratividade são Delmiro Gouveia e Santana do Mundaú., ambas classificadas como Centros Sub-Regionais B.

QUADRO 7: Comparativo Microrregiões e Regiões Geográficas Imediatas (Arapiraca)

Mesorregião Geográfica do Sertão Alagoano		Região Geográfica Intermediária de Arapiraca
Microrregião Geográfica		Região Geográfica Imediata
Serrana do Sertão Alagoano		Delmiro Gouveia
Água Branca Canapi* Nhapi Mata Grande Pariconha		Água Branca Delmiro Gouveia Inhapi Mata Grande Olho D'água do Casado Pariconha Piranhas
Alagoana do Sertão do São Francisco		
Delmiro Gouveia Olho d'água do Casado Piranhas		
Santana do Ipanema		Santana do Ipanema
Carneiros Dois Riachos Maravilha Ouro Branco Palestina Pão de Açúcar Poço das Trincheiras Santana do Ipanema São José da Tapera Senador Rui Palmeira		Canapi Carneiros Dois Riachos Maravilha Oliveira Ouro Branco Poço das Trincheiras Santana do Ipanema Senador Rui Palmeira

Batalha		
Batalha Belo Monte Jacaré dos Homens Jaramataia Monteirópolis Major Izidoro Olho D'Água das Flores Oliveira **		
Mesorregião Geográfica do Agreste Alagoano		Região Geográfica Intermediária de Arapiraca
Microrregião Traipu		Região Imediata
Olho D'Água das Flores São Brás Traipu***		Pão de Açúcar-Olho d'Água das Flores-Batalha Batalha Belo Monte Jacaré dos Homens Monteirópolis Olho D'água das Flores Palestina Pão de Açúcar São José da Tapera
Arapiraca		Arapiraca
Arapiraca Campo Grande Coité do Noia Craíbas Feira Grande Girau do Ponciano Lagoa da Canoa Limoeiro de Anadia São Sebastião Taquarana		Arapiraca Arapiraca Campo Grande Coité do Noia Craíbas Feira Grande Girau do Ponciano Jaramataia Junqueiro Lagoa da Conoa Limoeiro de Anadia Maribondo Olho D'água Grande São Sebastião Tanque D'arca Taquarana Teotônio Vilela**** Traipu
Palmeira dos Índios		Palmeira dos Índios
Belém Cacimbinhas Igaci Maribondo Mar Vermelho		Belém Cacimbinhas Estrela de Alagoas Igaci Major Izidoro

Minador do Negrão Palmeira dos Índios Paulo Jacinto Quebrangulo Tanque D'arca	Minador do Negrão Palmeira dos Índios Paulo Jacinto Quebrangulo
---	---

* Transferido para região imediata de Santana do Ipanema.

** Transferido para região imediata de Santana do Ipanema.

*** Transferido para região imediata de Arapiraca.

**** Transferido para região imediata de Arapiraca.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE 2017

Esse motivo faz Arapiraca exercer papel fundamental para todos as cidades das extintas Mesorregiões do Agreste e Sertão alagoano, a urbe a influência e atratividade dessa Capital Regional C, exerce papel fundamental inclusive para Arranjos Populacionais que se encontram na Região Geográfica Intermediária de Maceió, como vimos no segundo capítulo deste trabalho o caso de Penedo. Dessa maneira, ao observar o quadro 6, podemos compreender as novas composições regionais que são influenciadas por Arapiraca de forma direta e indiretamente.

Como observado no quadro 6, que identifica as modificações na organização regional após as mudanças metodológicas, Santana do Ipanema permanece com a nomenclatura o que demonstra a consolidação do centro urbano como o mais influente, levando em consideração as cidades mais próximas. A Região Geográfica de Santana do Ipanema atrai a população oferecendo dispositivos públicos e privados, sendo a pioneira na extinta Mesorregião Geográfica do Sertão Alagoano a dispor de centros universitários. Atualmente existem campus da Universidade Federal de Alagoas –UFAL (campus Sertão), Instituto Federal de Alagoas- IFAL e a Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, além do Hospital Regional Dr. Clodolfo Rodrigues de Melo. A Região Geográfica Imediata de Santana do Ipanema absorve o município de Canapi que anteriormente pertencia à Microrregião Serrana do Sertão Alagoano. Isso se deve a proximidade entre os centros urbanos e a facilidade de deslocamento proporcionado pela BR-316.

Olivença antes pertencente à antiga Microrregião de Batalha foi transferida para a Região Geográfica de Santana do Ipanema. Um dos fatores para tal transferência deve-se maior proximidade entre estes centros urbanos graças ao entroncamento das AL – 125 e AL – 130 e da BR – 360 dentro do centro urbano de Santana do Ipanema.

Palmeira dos Índios enquanto Região Geográfica Imediata permanece com a nomenclatura como um dos aspectos que marca a nova regionalização. Outra característica

que chama à atenção é a transferência de Maribondo, Tanque D'arca e Mar vermelho para as Regiões Geográficas Imediatas de Arapiraca e Atalaia respectivamente. A presença da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL e do Instituto Federal de Alagoas – IFAL, são alguns dos serviços disponibilizados no centro urbano de Palmeira dos Índios. A região possui entroncamentos de importantes rodovias federais e estaduais como as AL – 115, AL – 210 e BR – 316, o que aumenta e facilita deslocamento de transportes e pessoas que obrigatoriamente precisam passar por Palmeira dos Índios.

Além de estar próxima à divisa com o estado de Pernambuco, o Arranjo Populacional segue como um dos maiores de Alagoas ocupando a quarta posição, constituindo a Região Metropolitana de Palmeira dos Índios.

A Região Geográfica Imediata de Arapiraca é a maior do estado em números de municípios, com influência direta em dezessete centros urbanos, como podemos observar no quadro X. Arapiraca também dá nome a Região Geográfica Intermediária, em sua nova regionalização baseada nas análises das Regiões de Influência das Cidades – REGIC, não apenas permanece com a mesma nomenclatura, mas também demonstra a consolidação de sua importância no interior do estado nas últimas décadas, expande a sua influência e absorve a antiga Mesorregião do Sertão Alagoano além de alguns municípios anteriormente localizados na Mesorregião do Leste Alagoano, entre eles Junqueiro e Teotônio Vilela.

A Microrregião Geográfica de Traipu foi extinta e teve os Municípios transferidos para as Regiões Geográficas Imediatas de Arapiraca, Pão de Açúcar – Olho D'água das Flores – Batalha e Penedo. Traipu em sua composição microrregional era uma das Menores de Alagoas com apenas três municípios. Em comparação a Microrregião da Mata Alagoana possuía 16 municípios, essa disparidade entre quantidade de municípios que compunham as microrregiões era uma das características da regionalização de 1990, e que a partir de 2017 com a nova metodologia passa por uma melhor redistribuição regional, a partir das características da influência direta dos centros urbanos.

Pão de Açúcar – Olho D'água das Flores – Batalha formam a única nova Região Geográfica Imediata. Pão de Açúcar é a cidade mais populosa dessa Região, porém, necessita da complementaridade de influência das cidades de Olho D'Água das Flores e Batalha para redistribuir a serviços e suprir as necessidades imediatas da população.

Para uma síntese das reflexões anteriores, e com intuito de permitir abrir os horizontes nos seguintes, é necessário considerar que:

- Perante as novas articulações regionais revela-se uma necessária retomada as discussões acerca da nova composição regional e influência dos centros urbanos de Alagoas.

- Compreender quais as transformações e os deslocamentos de municípios para compor as novas Regiões Geográficas Imediatas.

- Observar o papel dos centros urbanos escolhidos para dar identidade as Regiões Geográficas Imediatas, dentro da Região Intermediária de Arapiraca.

- Definir os motivos que levaram a Região Intermediária de Arapiraca a absorver os centros urbanos que antes estavam localizados na Mesorregião Geográfica do Sertão.

4.3 A nova organização regional de Alagoas: a Região Intermediária de Maceió

Assim como procedemos com a Região Intermediária de Arapiraca, é preciso compreender e discorrer sobre as configurações regionais acerca da Região Geográfica Intermediária de Maceió, a mais importante e influente de Alagoas. Maceió exerce papel de influência em todo o estado, estabelecendo uma relação de complementaridade com Arapiraca que é a segunda cidade mais importante.

Nesse caso, há uma contiguidade ou complementação dos serviços, logicamente em casos em que a população necessita de funções com maior grau de encontram este suporte em Maceió por ser a capital do Estado. Dessa maneira, materializa-se em seu arranjo populacional os equipamentos mais complexos, as atividades mais dinâmicas como: a maior parte dos cursos superiores, serviços médicos especializados, poder executivo, administrativos e judiciário, canais locais de televisão e filiais de redes de televisões nacionais, aeroporto internacional, etc. Isso torna a Região Geográfica intermediária de Maceió de maior influência direta e indireta dentro do estado. Fazendo divisa com as Regiões intermediárias de Arapiraca, Caruaru – PE, Sergipe – SE e Recife – PE. No quadro 8, vamos observar a nova organização regional influenciada por Maceió.

Quadro 8: Comparativo Microrregiões e Regiões Geográficas Imediatas (Maceió)

Mesorregião Geográfica do Leste Alagoano		Região Geográfica Intermediária de Maceió
Microrregião Geográfica		Região Geográfica Imediata
Serrana dos Quilombos		União dos Palmares
Chã Preta		Branquinha*



Ibateguara Pindoba Santana do Mundaú São José da Laje União dos Palmares Viçosa		Ibateguara Murici* Santana do Mundaú São José da Laje União dos Palmares
Mata Alagoana		Porto Calvo- São Luis do Quitunde
Atalaia Branquinha Cajueiro Campestre Capela Colônia Leopoldina Flexeiras Jacuípe Joaquim Gomes Jundiá Matriz do Camaragibe Messias Murici Novo Lino Porto Calvo São Luis do Quitunde		Campestre Colônia Leopoldina Jacuípe Japaratinga Jundiá Maragogi Matriz do Camaragibe Novo Lino Passo do Camaragibe Porto Calvo Porto de Pedras São Luis do Quitunde São Miguel dos Milagres
Litoral Norte Alagoano		
Japaratinga Maragogi Passo do Camarigibe Porto de Pedras São Miguel dos Milagres		
Maceió		Maceió
Barra de Santo Antônio Barra de São Miguel Coqueiro Seco Maceió Marechal Deodoro Paripueira Pilar Rio Largo Santa Luzia do Norte Satuba		Barra de Santo Antônio Barra de São Miguel Coqueiro Seco Flexeiras** Joaquim Gomes** Maceió Marechal Messias** Paripueira Pilar Rio Largo Santa Luzia do Norte Satuba
São Miguel dos Campos		São Miguel dos Campos
Anadia Boca da Mata Campo Alegre Coruripe Jequiá da Praia		Anadia Boca da Mata Campo Alegre Jequiá da Praia Roteiro

Junqueiro Roteiro São Miguel dos Campos Teotônio Vilela		São Miguel dos Campos
Penedo		Penedo
Feliz Deserto Igreja Nova Penedo Piaçabuçu Porto Real do Colégio		Coruripe** Feliz Deserto Igreja Nova Penedo Piaçabuçu Porto Real do Colégio São Brás***
		Atalaia
		Atalaia Cajueiro Capela Chã Preta Mar Vermelho Pindoba Viçosa

* Veio da microrregião da Mata Alagoana

** Veio da microrregião de São Miguel dos Campos.

***Veio da microrregião de Traipu.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2017)

Diante do que foi exposto no quadro 7, vamos iniciar pela Região Imediata de União dos Palmares substitui que alcança influência direta a mais cinco municípios (Branquinha, Ibateguara, Murici, Santana do Mundaú, São José da Laje). O centro Urbano de União dos Palmares centro urbano é um dos mais populosos de Alagoas. Para além da sua importância histórica e cultural, a cidade de União dos Palmares atende diretamente populações de centros urbanos vizinhos disponibilizando centros educacionais de ensino básico e superior como campus da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, e está em processo de construção uma unidade que será campus do Instituto Federal de Alagoas – IFAL.

Além disso, disponibiliza serviços hospitalares com o Hospital Regional da Mata, que atende diretamente à população dos municípios próximos que ainda não contam com unidades hospitalares especializadas. No que se refere à disponibilidade de serviços, emprego e economia, o comércio é diversificado atraindo consumidores que, às vezes, não precisa se deslocar para cidades maiores como Maceió. De acordo com o Sindlojas (2019, s/p) “já está em funcionamento as Lojas Americanas em União dos Palmares, inaugurada no último

sábado (17) localizada no centro da cidade a loja foi o alvo principal do consumidor palmarino nesse final de semana”.

A agropecuária, principalmente, a atividade canavieira, concentram boa parte do que é produzido no campo do município de União dos Palmares e região; existe também a tendência de crescimento no turismo rural que tem como carro chefe a Serra da Barriga, que abrigou o Quilombo dos Palmares e virou lugar de peregrinação, sobretudo, durante o mês novembro quando ocorre os eventos da consciência negra.

Os Arranjos Populacionais das antigas Microrregiões Geográficas da Mata Alagoana e Litoral Norte deram origem, em sua maioria, a Região Geográfica Imediata de Porto Calvo – São Luis do Quitunde que acaba por receber todos os municípios da extinta Microrregião do Litoral Norte Alagoano. Como visto no caso de Pão de Açúcar – Olho D’água das Flores – Batalha, esse é um caso que existe mais de um arranjo populacional dando identidade a Região Imediata.

Essa característica é comum na nova metodologia de regionalização baseada nas Regiões de Influência das Cidades, pois as análises mostram em alguns casos uma indissociabilidade dos municípios, no sentido que os dois exercem funções comuns e complementares na disponibilidade de serviços e necessidades da população de arranjos populacionais menores. Porto Calvo é uma das cidades mais antigas do estado, possui junto a São Luis do Quitunde importantes vias de acesso para o litoral norte do estado como as rodovias AL – 105, 465, 460. Além disso, o Hospital Regional do Norte localizado em Porto Calvo tornou-se o principal equipamento de saúde para atender os centros urbanos da Região Imediata.

A Região Geográfica Imediata de Maceió formou-se mantendo a nomenclatura da regionalização de 1990; além de agregar mais três municípios que anteriormente pertenciam à Microrregião da Mata Alagoana - Flexeiras, Joaquim Gomes e Messias. Mesmo não sendo a maior em número de municípios, Região Geográfica Imediata de Maceió é a mais populosa e com a maior concentração populacional do estado. Além de ser a mais importante e influente, dando nome também a Região Geográfica Intermediária.

Maceió dispõe de serviços e equipamentos que atende não só a população vizinha, mas todo o Estado, inclusive da região Imediata de Arapiraca. Possui o maior dinamismo econômico, sobretudo, com relação ao setor terciário como turismo, por exemplo; além do comércio diversificado e as principais instituições de ensino público/privado do estado; tem ainda os distritos industriais mais complexos de Alagoas.

A Região Geográfica Imediata de São Miguel dos Campos atualmente é composta por seis municípios, Anadia, Boca da Mata, Campo Alegre, Jequiá da Praia, Roteiro, São Miguel dos Campos. Teotônio Vilela e Junqueiro foram transferidos para as Regiões Imediatas de Arapiraca. Isso se deve à expansão da influência de Arapiraca que passa a atrair mais a população dessas duas cidades ligadas pelo entroncamento da BR – 101 com AL – 110.

Esse processo pode ficar evidente quando observamos o deslocamento de pessoas para buscar formação de nível técnico ou superior, onde a prefeitura tanto de Teotônio Vilela quanto de Junqueiro, oferecem ônibus estudantis para estudantes universitários. De acordo com reportagem do portal G1 (2017 s/p) “o secretário disse ainda que são 12 ônibus, seis que levam estudantes para a cidade de Arapiraca, cinco para a cidade de Maceió e um para a cidade de São Miguel do Campos. O secretário informou que semana passada abriu licitação para a compra de novos ônibus”.

Entretanto, mesmo coma perda de influência direta para os municípios de Junqueiro e Teotônio Vilela, São Miguel dos Campos segue tendo uma importante influência por oferecer serviços educacionais privado e público no ensino básico, serviços de ensino técnicos e superior, além de uma consolidada economia voltada à agricultura. Além disso, a cidade centro da região tem indústrias sucroenergéticas e biotecnologia, de construção civil e importantes áreas de extração de petróleo e Gás natural. São Miguel dos Campos possui importante comércio com um dos maiores mercados públicos do interior do estado, feira livre, e supermercado de grande porte, além de serviços hospitalares possuindo oferecidos pela Santa Casa de Misericórdia.

A Região Imediata de Penedo está composta por sete municípios Coruripe, Feliz Deserto, Igreja Novo, Penedo, Piaçabuçu, Porto Real do Colégio, São Brás. O aumento de sua influência ocorreu a partir das transferências de São Brás, que pertencia à extinta Microrregião de Traipu; e Coruripe, que pertencia a Microrregião de São Miguel dos Campos. Dessa forma, Penedo expande a sua intervenção dentro do estado.

Localizada às margens do Rio São Francisco a cidade que é uma das mais antigas do estado, oferece uma gama de serviços que atendem as necessidades imediatas como ensino superior com a presença da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Instituto Federal de Alagoas – IFAL e Faculdade Raimundo Marinho – FRM.

A transferência de Coruripe para a região imediata de Penedo deve-se ao fato de haver comunicação direta entre as duas cidades, sobretudo, pelas AL – 101 e AL – 105. Além disso, há transportes de pessoas por linhas de ônibus e carros complementares coordenador pela

Agência Reguladora de Serviços de Alagoas – ARSAL. A distância de condução de Coruripe a Penedo é de 57 km, enquanto a distância para São Miguel dos Campos é de 72 Km.

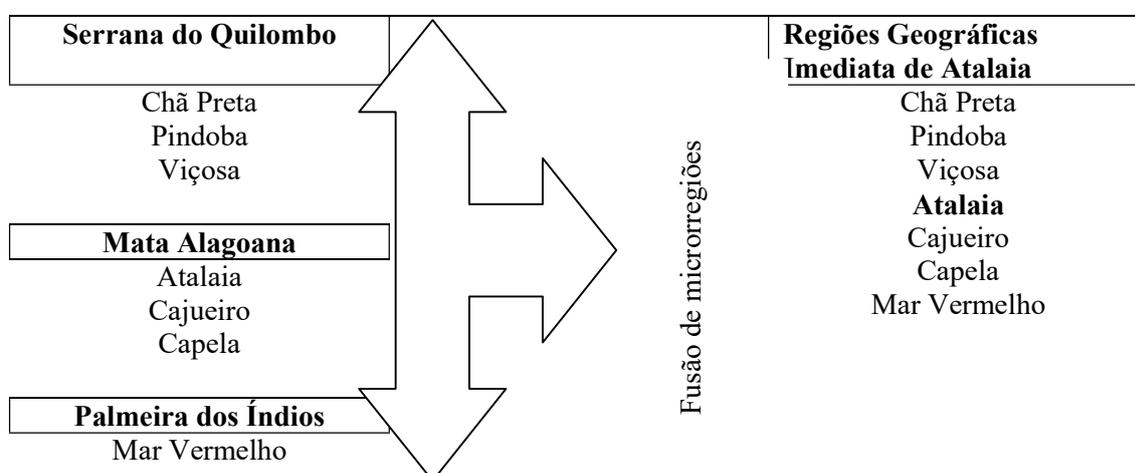
Outros fatores explicam a expansão da influência de Penedo, entre eles turismo, eventos culturais de nível nacional como o Circuito do Cinema, tornam Penedo um centro urbano de grande importância para o sul da Região Intermediária de Maceió.

A Região Geográfica Imediata de Atalaia surge com a transferência de municípios das antigas Microrregiões da Mata Alagoana, Serrana do Quilombo e Palmeira dos Índios. Entretanto, o que nos chama atenção é que, de acordo com o REGIC na sua versão mais atualizada com dados até o ano de 2018, Atalaia não figura como uma cidade emergente, ou aparece entre as mais influentes do estado, estando classificada na hierarquia apenas como “Centro Local”. Então quais os motivos de Atalaia ser considerada uma Região Geográfica Imediata?

O que pode explicar essa característica peculiar é o fato do Arranjo Populacional de Atalaia ter uma população bem maior que a Cidade de Viçosa, além disso Atalaia tem vínculos estabelecidos a partir da proximidade com outros municípios que se configuram com o entroncamento da AL – 410 com a BR – 316.

Na análise do REGIC as cidades que funcionam como polos ou subpolos comerciais de alguns itens como calçados, vestuário, móveis e isso torna Atalaia um importante Centro Local. Outro aporte metodológico utilizado para compreensão da região de influência, foi a “investigação de proximidade”, então, a partir dessas circunstâncias, e pela característica localização estratégica de Atalaia, esta foi escolhida para dar identidade a Região Imediata. No quadro 9 podemos observar de forma mais detalhada a criação a sua formação regional.

QUADRO 9: Região Geográfica Imediata de Atalaia



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017)

Como exposto, no quadro 9, Atalaia surge da fusão dos municípios que pertenciam a três Microrregiões e duas Mesorregiões diferentes já que Mar Vermelho estava se encontrava na microrregião de Palmeira dos Índios. O que nos chama a atenção é o fato de Atalaia ser o único “centro local” que dá identidade a uma Região Geográfica Imediata em Alagoas, todas as demais regiões foram determinadas como centro de maior Hierarquia.

Pelo critério hierárquico, Viçosa seria escolhida para representar a sede do município, porém, nesse caso específico isso não foi suficiente ante a proximidade que Atalaia tem de outros centros urbanos. Por certo Viçosa se tornou um núcleo de atração para estudantes com a presença do Instituto Federal de Alagoas – IFAL e da Universidade Federal de Alagoas – UFAL. De acordo com Mattos e Costa (2020, s/p):

O governo do estado segue avançando com obras viárias por todas as regiões de Alagoas. No vale do Paraíba, por exemplo, as obras de implantação, pavimentação seguem a todo vapor [...] com a conclusão da obra, o tempo de viagem entre Viçosa e Pindoba será reduzido em 20 minutos. Hoje o tempo de viagem entre as duas cidades é de 30 minutos.

4.4 Delmiro Gouveia enquanto Região Geográfica Imediata Emergente

Como observado anteriormente, em comparação com as análises de evolução das Regiões de Influência das Cidades em Alagoas nas versões de 2007 a 2018, Delmiro Gouveia foi a cidade que mais avançou na hierarquia urbana do estado, passando de “Centro de Zona B” para “Centro Sub-regional B”. Por este motivo, a análise da Região Imediata de Delmiro Gouveia carece de uma ampla atenção para que possamos compreender os processos responsáveis para essa mudança na hierarquia urbana.

Considerando o espaço de tempo de dez anos entre a primeira e a última versão mais atualizada do REGIC, lançada em 2020, com dados obtidos até 2018, percebemos que Delmiro Gouveia passa a oferecer serviços que eram tão-somente oferecidos em cidades grandes e médias, o que no contexto alagoano significava que só eram oferecidos em Maceió ou Arapiraca. Desta forma, não apenas a interiorização dos serviços no Estado de Alagoas, mas a distribuição destes em aglomerações urbanas menores, como Delmiro Gouveia, são responsáveis pelas mudanças hierárquicas.

Desde 2010, com a inauguração do Campus Sertão da Universidade Federal de Alagoas, um importante marco de centralização distribuição de funções, bem como, a inauguração da sede do 9º Batalhão de Polícia Militar (BPM), em 2018 junto à nova sede do 8º Grupamento de Bombeiro Militar (8º GBM) são os elementos empíricos que ajudam a explicar estas mudanças.

Delmiro Gouveia também ganhará uma sede do Hospital Regional, com obras já em vias de finalização e que contribuirá para diminuição o fluxo de pacientes para o Hospital de Emergência do Agreste, em Arapiraca, e Hospital Geral do Estado (HGE), em Maceió. Como investimento de setores público-privado, o município também terá um Shopping Center previsto para já estar em funcionamento em 2021.

Obras de Infraestrutura, como a duplicação de um trecho de 8 km da AL-145, ligando Delmiro Gouveia ao povoado de Maria Bode no entroncamento da BR-423, em Água Branca, marca o início de obras rodoviárias, outras encontram-se em vias de licitação como a duplicação da AL-220, que fará uma importante ligação do município a cidade de Arapiraca. Em 2014 foi inaugurado o Polo de Confeções Carlos Lyra que nos primeiros anos enfrentou problemas por falta de melhorias na rede elétrica, tendo seu funcionamento adiado sendo reaberto apenas em 2019, assim como o início da construção da subestação elétrica de Delmiro Gouveia prevista para inaugurar em 2021.

A Região Geográfica Imediata de Delmiro Gouveia é composta pelos municípios de Água Branca, Delmiro Gouveia, Inhapi, Mata Grande, Olho D'água do Casado, Pariconha e Piranhas. Possui uma localização estratégica, pois se encontra próxima a importantes divisas com os estados da Bahia, Sergipe e Pernambuco, além de estar as margens do Rio São Francisco e próxima ao Aeroporto de Paulo Afonso. A região também tem grande potencialidade turística sendo um dos destinos mais procurados por visitantes que saem do circuito litorâneo, sobretudo Piranhas que figura entre os destinos mais visitados de Alagoas.

Todos esses processos e novas funções materializadas nos últimos anos em Delmiro Gouveia, a caracterizam como a cidade mais influente e que por isso, de acordo com a metodologia do IBGE na análise de Região de Influência das Cidades (REGIC), dá a identidade para esta Região Geográfica Imediata devido às transformações e aumento de influência.

Desta maneira, Delmiro Gouveia tornou-se a cidade que mais avançou na hierarquia das cidades Alagoanas, vale lembrar que apesar do que foi especificado, estamos falando de uma das regiões mais carentes de um dos estados mais pobres da união. Apesar de estar em um processo emergente ou de ascendência na hierarquia, a substituição de velhas formas de

produção capitalistas por novas, e a conseqüentemente renovação da paisagem geográfica não significa propriamente que Alagoas ou o seu interior estejam alcançando os mesmos patamares de outras brasileiras historicamente mais ricas. De acordo com Harvey (2016, p.142):

As economias regionais constituem um mosaico frouxamente interligado de desenvolvimento geográfico desigual, no interior do qual as regiões mais ricas tendem a ficar mais ricas, enquanto as regiões mais pobres tendem a ficar mais pobres. Isso acontece por causa daquilo que Gunnar Myrdal chama de *causação circular cumulativa*.

A refuncionalização e readequação de regiões para se interligar aos novos ajustes do capital demonstram intenções que vão além da simples narrativa que expõe enquanto fator principal, a chegada do “desenvolvimento”. Como Já especificado Delmiro Gouveia tem alguns atrativos por conta de sua estratégica localização a importantes estados do Nordeste brasileiro, e próximos a importantes eixos rodoviários. Além disso, o histórico da cidade no desenvolvimento industrial têxtil e energético são fatores que atraem novas atividades e implementam uma vitalidade a seus mercados por todos os atributos mensurados. Diante dessas novas condições existem interesses por custo de produção mais baixos que em outras regiões, como menor pagamento de salários, proximidade a recursos naturais, e facilidades para escoamento produtivo para o mercado internacional. Para Harvey (2016, p. 142):

Quando os custos locais de produção aumentam rapidamente, os capitalistas buscam outros espaços na economia global, para exercer suas atividades. Isso acontece em particular quando surgem novas combinações de tecnologia e produção, e as lutas trabalhistas são intensas.

Assim, a condição para a reestruturação produtiva capitalista vem seguida de novas contradições, e que projetam novas lutas e conflitos, a exemplo disso, a duplicação da AL-145 anteriormente citada, exigiu inúmeras desapropriações de terra. Muito dos investimentos do estado para melhoria da estrutura são financiados por empréstimos (dívidas). Segundo Harvey (2016, p. 143) “a urbanização e o desenvolvimento regional tornam-se esferas autônomas da atividade capitalista exigindo grandes investimentos (em geral financiadas por dívida) que levam anos para vencer”.

Essa prática não é uma novidade ou uma característica do Brasil ou de Alagoas, projetos de infraestrutura custeados pelo estado reavivam o crescimento econômico em todo o mundo; na história de expansão do capitalismo sempre houve lugares que absorveram excedentes de capital e de força de trabalho, principalmente, por meio dos investimentos de

longo prazo. A respeito do financiamento de obras na infraestrutura Alagoana, Amorim (2019, s/p) afirma que:

Quase meio bilhão de reais que o governo Renan Filho (MDB) está tomando de empréstimo vai para empreiteiras. São dois blocos de obras, um no valor de R\$ 300 milhões e outro de R\$ 177 milhões. As autoridades foram concedidas pela Assembleia legislativa estadual (ALE). Entre as obras de maior gasto, no primeiro bloco, está a duplicação da rodovia AL-220, entre Arapiraca, no Agreste, a Delmiro Gouveia, no Sertão, um trajeto de aproximadamente 168 km, orçados em R\$ 262 milhões, conforme o projeto enviado por Renan Filho à ALE.

A inserção de regiões nas interligações do mercado nacional e global envolve altos custos de investimento financiados pelo estado, promovem novas dinâmicas e divisões territoriais do trabalho, além de acumulação de capital para gerar lucro e absorver dos excedentes de trabalho. Entretanto, tais investidas podem ocasionar choque de valores e contradições, em alguns casos, antes mesmo da materialização dos projetos de expansão geográfica. A exemplo dos conflitos, Ferreira (2019, s/p):

Os 200 pequenos produtores da agricultura familiar ribeirinha do Canal do Sertão, que há três anos esperam a liberação de R\$ 5 milhões do Fecoop para projetos de irrigação prometidos pela Secretaria Estadual de Agricultura, ao saberem que o governo de Alagoas vai investir mais de R\$ 260 milhões na duplicação do trecho da AL-220, entre Arapiraca e Delmiro Gouveia cobraram parte dos investimentos para a agricultura. A maioria acha “vergonhoso” se investir tanto dinheiro numa duplicação de estrada com pouco movimento.

Desta maneira, podemos observar o choque de interesses entre projetos expansionistas financiados pelo Estado e que ameaçam diretamente valores locais em detrimento da especulação de que a criação de uma infraestrutura para investimentos e trazer "desenvolvimento" à região. Para Harvey (2016, p. 144) “essa contradição é inevitável: ou o capital se desloca, deixando para trás um rastro de devastação e desvalorização (Detroit, por exemplo), ou Permanece no mesmo lugar e se afoga no excedente de capital que inevitavelmente produz, mas para o qual não consegue encontrar uma saída lucrativa”.

As análises instituídas pelas Regiões Geográficas Imediatas disponibilizam uma maior observação dos agentes que atuam tanto no que diz respeito à propriedade privada, tanto nas ações coercitivas do estado enquanto regulador que formalizam os projetos e interesses do capital. As cidades menores assumem papéis importantes dentro de unidades federativas com uma urbanização não tão intensa ou homogênea como no caso de Alagoas, esse processo deve ser analisado não apenas como um modelo estratégico de desenvolvimento financiado pelo estado, mas também como uma característica metabólica do capitalismo que seguem à lógica global que modifica padrões de desenvolvimento.

Desta maneira, podemos analisar essas alterações como desdobramentos da “acumulação flexível” em regiões geográficas de países subdesenvolvidos como o Brasil. De acordo com Harvey (1992, p. 140) a acumulação flexível seria:

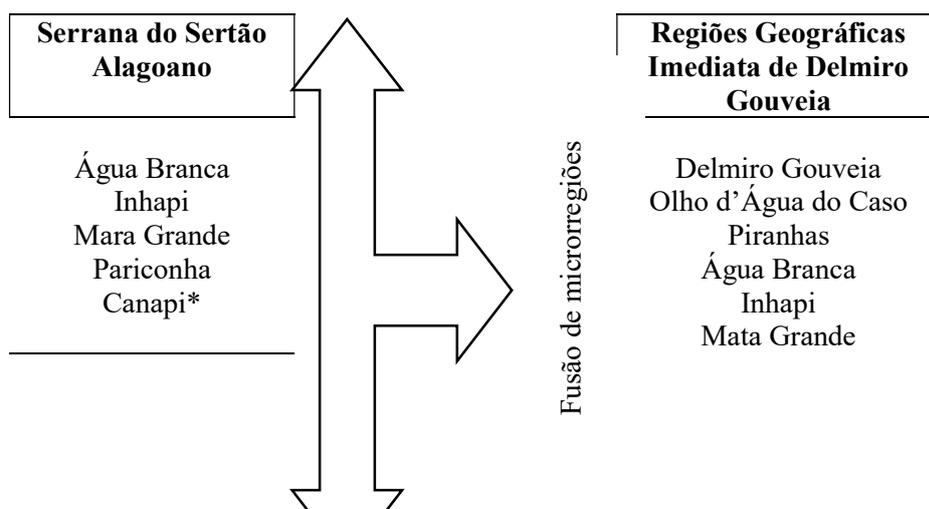
Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto setor de desenvolvimento desigual. Tanto entre setores como entre regiões geográficas [...].

O movimento fruto de decisões públicas e privadas cria elos de comunicação, estreitam as distâncias e conseqüentemente o custo com transportes, em um arranjo espacial cada vez mais amplo e variado, que não se baseia mais nos empecilhos que antes limitava e estava centralizado aos grandes centros. Partindo para as mudanças dos limites regionais, a modificação metodológica que introduziu as Regiões Geográficas Imediatas que extinguiu as Microrregiões Alagoana do Sertão do São Francisco e Serrana do Sertão Alagoano.

A extinção dessas duas Microrregiões do alto sertão alagoano se deu pela junção quase que completa dos municípios que as compunham, surgindo assim a Região Geográfica Imediata de Delmiro Gouveia, como já mencionado é o centro urbano que atende a satisfação e necessidades imediatas da população do entorno.

Dessa maneira podemos observar no quadro 9 de forma mais minuciosa, o comparativo das Microrregiões Geográficas com as Regiões Geográficas Imediatas a configuração regional de Alagoas a partir da metodologia do REGIC. Nele ainda é possível observar a cidade como centro de hierarquia e de influência urbana no que diz respeito a fornecimento de serviços e satisfação de necessidades Imediatas.

QUADRO 10: Extinção das microrregiões geográficas e a criação da Região Imediata de Delmiro Gouveia



**Alagoana do Sertão
do São Francisco**

Pariconha

Delmiro Gouveia
Olho d'Água do
Caso
Piranhas

Fonte: IBGE (2017).

No quadro 10, é possível observar algumas mudanças fundamentais na coerência regional da região Serena do Sertão Alagoano. A primeira delas, é que as Microrregiões Geográficas Serrana do Sertão Alagoano e Alagoana do Sertão do São Francisco foram extintas e deram lugar a Região Geográfica Imediata de Delmiro Gouveia. Essa, que por seu processo emergente no que refere a hierarquia das cidades baseado pelos estudos das Regiões de Influência das Cidades, absorveu os municípios das duas Microrregiões, exceto Canapi que foi transferido para a Região Imediata de Santana do Ipanema. Houve também a mudança de nomenclatura que destaca a cidade de Delmiro como a mais influente e estabelece a questão urbano-regional. Essa mudança deve-se, entre outras, a ascensão econômica de Delmiro Gouveia.

Outro ponto a ser observado nesse quadro é a vinculação regional de todo o sertão alagoano à influência de Arapiraca. Isso denota, por um lado, a natureza das mudanças metodológicas de regionalização: saí as características naturais e entram as econômicas e urbanas. Por outro lado, mostra também a importância que Arapiraca assume dentro da estrutura regional Alagoana.

No caso de Delmiro Gouveia, apesar de a cidade estar como a que mais subiu hierarquicamente de acordo com o REGIC e se tornando um Centro Sub-regional B, ela está numa região de extrema pobreza e os municípios que integram a Região Geográfica Imediata são os mais pobres do estado, como no Caso de Inhapi, que tem um dos piores Índices de Desenvolvimento humano do País com 0,484 no último Censo.

Desta maneira a nova regionalização parece “mascarar” as contradições que existem, dando uma característica homogeneizadora, destacando os arranjos e redes, adequando regiões com altos índices de pobreza a um universo hierárquico de Arranjos Populacionais e Centros urbanos, no qual o leitor pode ter dificuldade em encontrar as desigualdades tão latentes entre as regiões do país.

Para uma síntese das reflexões anteriores, e com intuito de permitir abrir os horizontes nos seguintes, é necessário considerar que:

- Compreender os motivos que levaram Delmiro Gouveia a ser o centro urbano que mais ascendeu hierarquicamente na Influência das Cidades.

- Identificar a importância de Delmiro Gouveia dentro da Região Intermediária de Arapiraca, no que se refere a serviços e necessidades imediatas.

- Identificar as contradições na Região Geográfica Imediata de Delmiro Gouveia, que reúne os municípios mais pobres de Alagoas.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a primeira regionalização produzida pelo IBGE em 1942 que considerava as Zonas Fisiográficas até as Regiões Geográfica Imediatas e Intermediárias de 2017, são mais de 75 anos de análises regionais. Algumas mudanças de metodologia ocorreram em curto espaço de tempo; já outras foram substituídas ou aprimoradas antes mesmo de completar 10 anos. No caso das Mesorregiões e Microrregiões Geográficas de 1990, estas permaneceram por longo período, quase trinta anos.

Não há um “prazo de validade” para utilização de uma metodologia de regionalização, porém, ela deve estar de acordo com as novas espacialidades e as dinâmicas da sociedade. Quando isso já não é mais alcançado, então surge a necessidade de aprimoramento ou substituição. Esse fato pode explicar as disparidades que existem no tempo validade de uma metodologia com relação à outra no Brasil, e podemos perceber modificações substanciais associadas à necessidade de entender a organização socioespacial brasileira ante as transformações de caráter político/ideológico e econômico que ocorreram no estado brasileiro. E, pela falta de análises mais perspicazes para compreender quais os reflexos das mudanças de nível global no país.

Desta forma, podemos observar uma gama diversa de análises regionais instituídas pelo IBGE que foram utilizadas para dar identidade e forma a organização do espaço geográfico brasileiro. A Região enquanto parte do processo de organização socioespacial do homem nunca está finalizada, ela deriva da mobilidade e das ações que produzem o espaço. Enquanto sociedade organizada por relações capitalistas, as regiões estão sujeitas as dinâmicas e as ordens do capital, por isso, refletem desigualdades internas e externas, conflitos e outras características da luta de classes.

O Declínio das Mesorregiões Geográficas e Microrregiões Geográficas decorre da limitação metodológica em analisar as novas características da organização espacial do Brasil ante as transformações decorrentes da reabertura econômica para agentes ultraliberais do período pós-ditadura. Essas transformações se desenvolvem no decorrer dos anos de 1990, com o plano real, privatização de estatais, e se concretiza no primeiro decênio do século XXI com a consolidação de programas sociais assistencialistas. Acordos entre setor público e privado, isenções de impostos, benefícios e outros processos que concedem uma nova dinâmica na industrial brasileira, que apesar de ainda concentrar-se na Macrorregião Sudeste, trouxe mudanças estruturais às Capitais Regionais e às cidades médias.

Muito se fala sobre o desafio que os historiadores terão em explicar os fatos históricos na contemporaneidade, que, ocorrem cada vez mais rápidos e a partir das mais diversas perspectivas, narrativas e revisionismo histórico. Para os geógrafos, os desafios são igualmente difíceis visto que as mudanças na organização espacial ocorrem com uma velocidade cada vez mais intensa e a fluidez que o capital financeiro adquiriu a esta altura do século XXI, não permite uma compreensão tão detalhada dos acontecimentos.

A regionalização proposta pelo Instituto de Geografia e Estatística - IBGE traz um ótimo aporte metodológico que permite uma melhor compreensão das transformações ocorridas nas últimas décadas, além de estabelecer critérios futuros para analisar o surgimento ou o desaparecimento de regiões. Entretanto, parece estabelecer uma homogeneização quando não reporta as características sociais e as desigualdades existentes entre as Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias.

É interessante adequar a metodologia a realidade de cada unidade federativa, porém, essa decisão pode gerar confusão para o leitor que queira compreender as metodologias utilizadas. Por certo uma Cidade que é considerada uma Região Geográfica Imediata em Alagoas, não teria essa mesma importância hierárquica em um estado com alta homogeneidade urbana como São Paulo.

Sem dúvidas, essa mudança metodológica abre uma nova era de entendimento da complexa questão regional do Brasil, inclusive para os geógrafos, tão habituados a regionalização de 1990. Foi quase 30 anos sendo utilizada por livros didáticos, órgãos públicos e secretarias de desenvolvimento, essa renovação metodológica pode estabelecer uma outra relação da Geografia com a Região, onde cada pesquisador sobretudo voltado para estudos das dinâmicas territoriais e organização do espaço, pode criar seus métodos de regionalização e compreender determinado recorte espacial ou universo amostral. Algo que é mais comum aos geógrafos que se dedicam as análises do meio ambiente e socioambientais.

Em Alagoas, a nova metodologia identificou uma participação maior de arranjos populacionais menores, marcando a ascendência na hierarquia de cidades pequenas, onde Delmiro Gouveia foi a cidade com maior ascensão tornando-se um centro de atratividade importante atraindo pessoas de outras cidades próximas. Entretanto, é uma das Regiões Geográficas Imediatas mais carentes do estado onde se encontra alguns dos municípios mais pobres e com os piores índices de desenvolvimento de Alagoas. Esse é um dos casos em que a adequação metodológica para as características sociais de cada estado, pode gerar a “falsa impressão” de um equilíbrio no desenvolvimento.

A questão de Atalaia e na constituição de sua Região Geográfica Imediata, observamos que a cidade não consta na lista hierárquica produzida pela análise da Região de Influência das Cidades – REGIC, e mesmo sendo considerado apenas um centro local, dá identidade regional. Esse caso peculiar deve-se ao fato de Atalaia ser dentro de sua Região Geográfica Imediata a que possui o maior arranjo populacional, e uma considerável proximidade com outras cidades incluindo a capital do Estado.

Devemos considerar que esse arranjo populacional é um dos mais antigos de Alagoas e que esse fato foi responsável por colocá-lo numa centralidade ao longo da história, tendo conexão direta por estradas com municípios que derivam de uma emancipação territorial de Atalaia.

O novo aporte metodológico permitiu uma análise e um diagnóstico das cidades, e, podemos observar que, dentro dos limites e das possibilidades, novos processos se desencadeiam em Alagoas. Apenas catorze das 102 cidades de Alagoas são responsáveis pela centralidade da população na busca da satisfação das necessidades imediatas. Maceió e Arapiraca enquanto Capitais Regionais A e C, e Regiões Geográficas Intermediárias, assumem o protagonismo das centralidades no estado, abrigam e dão suporte direto as Regiões Geográficas Imediatas.

Por fim, espero ter mostrado que a geografia regional se torna uma importante ferramenta de análise para compreender os processos de transformação, ocasionados pelo capital nas mais diferentes escalas. E, que nós enquanto geógrafos e humanistas, não temos um “conceito obstáculo”, mas um método de compreensão da totalidade do espaço.

REFERÊNCIAS

- ANTÓNIO, A. G. D. A geografia regional <<vidaliana>> enquadramento teórico-metodológico e ideológico. **Revista da Faculdade de Letras – Geografia**, Porto, v. I, n. 1, p. 113-134, 1985
- ARRAIS, T. A. **A região como arena política: um estudo sobre a produção da região urbana Centro-Goiano**. Goiânia: E.V. 2007. 258 p.
- BACELAR, T. Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: rumo à desintegração competitiva? *In*: CASTRO, Iná Elias de; MIRANDA, Mariana; EGLER, Cláudio A. G. (org.). **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: FAPERJ, 2000. p. 73-91.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?edicao=16163&t=sobre>. Acesso em: 14 jan. 2020.
- BEZZI, M. L. **Região: uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas**. Santa Maria: Editora UFSM, 2004. 290 p.
- CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005. 98 p.
- CARVALHO, C. P. O. **Formação histórica de Alagoas**. a. ed. Maceió: Edufal, 2016. 348 p.
- CORRÊA, R. L. **Região: globalização, pluralidade e persistência conceitual**. Rio de Janeiro: UFRJ. 1993.
- CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. 8. ed. São Paulo: ed. Ática, 2007. 93. p.
- CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da geografia. *In*: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.) **Geografia: conceitos e temas**. 5ª edição. Bertrand: Rio de Janeiro, 2003. p. 15-47.
- DOLLFUS, O. **O espaço geográfico**. 6. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1979. 121 p.
- FLEURY, P. F. **Infraestrutura – sonhos e realidade**. Rio de Janeiro, 2011 Disponível em: <https://cnd.fgv.br/sites/cnd.fgv.br/files/Paulo%20Fernando%20Fleury%20-%20Infraestrutura.pdf>. Acesso em: 19 de jan. de 2020.
- GOVERNO DE ALAGOAS. Governador anuncia duplicação da AL-220 de Arapiraca até Delmiro Gouveia Em Carneiros, ele entregou obras do Pró-Estrada e reforma de escola estadual Alagoas 2020. Disponível em: <http://www.agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/31080-governador-anuncia-duplicacao-da-al-220-de-arapiraca-ate-delmiro-gouveia>. Acesso em: 20 de jun. de 2020.
- GOVERNO DE ALAGOAS. Vale do Paraíba: Rodovia que liga Pindoba a Viçosa será entregue à população este ano. Disponível em:

<http://www.agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/32244-vale-do-paraiba-rodovia-que-liga-pindoba-a-vicosa-sera-entregue-a-populacao-este-ano>. Acesso em: 20 de nov. de 2020.

G1 ALAGOAS. Transporte de estudantes de Teotônio Vilela será retomado nesta segunda-feira: Os ônibus foram suspensos temporariamente após acidente que deixou sete mortos e 40 feridos. Prefeitura abriu licitação para compra de oito novos ônibus. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/transporte-de-estudantes-de-teotonio-vilela-sera-retomado-nesta-segunda-feira.ghtml>. Acesso: 20 de nov. de 2020.

HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES, C. W. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Edusp, 2006. 160 p.

HAESBAERT, R. **Regional global dilema das regiões da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 208 p.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. Tradução de Rogério Betoni. São Paulo, Boitempo, 2016.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyla, 2017.

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Zonas Fisiográficas**. IBGE: Rio de Janeiro, 1942. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?edicao=24863&t=sobre>. Acesso: 20 de jan. 2020.

IBGE. **Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. IBGE: Rio de Janeiro, 1990. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?edicao=16163&t=sobre>. Acesso: 20 de jan. 2020.

IBGE. **REGIC**. Região de influência das cidades 2007. IBGE: Rio de Janeiro, 2008.

IBGE. **REGIC**. Região de influência das cidades 2018. IBGE: Rio de Janeiro, 2020.

IBGE. **Região Geográfica Imediatas e Intermediárias**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?=&t=sobre>. Acesso: 20 de jan. 2020.

LIMONAD, Ester. Rio de Janeiro: uma nova relação capital- interior? In: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (org). **Brasil no século XXI por uma nova regionalização?** Agentes, Processos e Escalas. 1 ed. São Paulo: Max Limonad, 2008. p. 78-92.

ANDRADE, M. A. De Marx a Mézáros: a inseparável relação entre o estado e a reprodução do capital. In: MELO, Edivânia; PANIAGO, Maria Cristina Soares (org.). **Marx, Mézáros e o estado**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. p. 12-35

NASCIMENTO, A. **Trabalho formação do espaço urbano**. Maceió: Coletivo veredas, 2016. 162 p.

PEREIRA, Arnaldo. Agricultores acham ‘vergonhoso’ gasto com duplicação de rodovia: pequenos produtores do alto Sertão cobram liberação de recursos do Fecoep para as comunidades. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 2019. Disponível em: https://www.google.com/amp/s/www.gazetadealagoas.com.br/politica/213212/agricultores-acham-vergonhoso-gasto-com-duplicacao-de-rodovia%3f_=amp. Acesso em: 20 de jun. de 2020

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979. 182 p.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. 5 ed. São Paulo. Edusp 2005. 174 p.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006. 259 p.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 320 p.

SOUZA, M. A. A. de. O II PNAD e a política urbana brasileira: uma contradição evidente. *In*: DEÁK, C.; SHIFFER, S. R. (org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2010. P.111-143.

ORLANDO, R. **Opúsculos Geográficos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989. 409 p. vol. 1.

ORLANDO, R. **Introdução aos estudos da geografia regional**. 2 ed. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1995. 148 p.